

FLÁVIO SILVA DE ARAÚJO

**PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS EM
COOPERATIVAS DE CRÉDITO: CASO DO SICREDI NO
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, MS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS**

2014

FLÁVIO SILVA DE ARAÚJO

**PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS EM
COOPERATIVAS DE CRÉDITO: CASO DO SICREDI NO
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, MS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação do professor Doutor Olivier François Vilpoux.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS**

2014

Ficha catalográfica

Araújo, Flávio Silva de

A663p Participação dos associados em cooperativas de crédito: caso do SICREDI no município de Campo Grande, MS / Flávio Silva de Araújo; orientação Olivier François Vilpoux. 2014.

93 f. + anexos

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

1. Desenvolvimento local 2. Cooperativas de crédito - Associados – Participação 3. Cooperativas I. Vilpoux, Olivier François II. Título

CDD – 334.2

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: "Participação dos Associados em Cooperativas de Crédito: Caso do Sicredi no Município de Campo Grande, MS"

Área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento local, sistemas produtivos, inovação, governança.

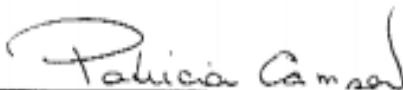
Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 26/02/2014

BANCA EXAMINADORA



Prof Dr Olivier François Vilpoux
Universidade Católica Dom Bosco



Prof Dr Patricia Campeão
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Prof Dr Erlaine Binotto
Universidade Federal da Grande Dourados

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a participação dos sócios na cooperativa de crédito SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo) no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. De maneira mais específica pretende identificar os fatores que podem influenciar a participação e verificar a percepção dos sócios em relação aos benefícios oferecidos pelo SICREDI. Foram utilizadas três dimensões para analisar a participação, as características gerais, a participação dos membros e os fatores que influenciam a participação dos sócios do SICREDI. Os dados da pesquisa foram levantados entre fevereiro e abril de 2013, de segunda a sexta-feira, entre 11 e 16h. Para determinar a quantidade de entrevistados, as unidades (agências) foram divididas em três grupos, de acordo com a quantidade de associados existentes em cada uma delas. As unidades com número de associados inferior a 1.500 tiveram 30 associados entrevistados, de 1.501 a 2.500 foram 55 e nas unidades com mais de 2.500 associados foram 70 entrevistados. A entrevista foi realizada apenas com os associados. Ao todo foram 420 entrevistados. Os associados pesquisados nas unidades de atendimento do SICREDI em Campo Grande/MS são predominantemente pessoas físicas, com forte presença de servidores públicos, empresários e prestadores de serviços e similares. Encontram-se essencialmente na faixa etária entre 40 e 60 anos e com formação superior ou acima. Na média, o tempo de relacionamento com o SICREDI é de 6 anos. Os resultados indicam uma participação relativamente baixa nos itens mais importantes para a Gestão Coletiva da cooperativa, como a participação nas Assembleias Gerais, o envolvimento na seleção dos dirigentes e a participação em palestras e reuniões. Já na dimensão que trata dos fatores que influenciam a participação dos sócios é possível observar o papel da educação, da renda e do tempo de associado como as principais variáveis que influenciam a participação dos sócios. É importante lembrar que a pesquisa aplicada nas unidades do SICREDI de Campo Grande/MS pode não refletir a situação em cooperativas de crédito de outros municípios do Mato Grosso do Sul, ou em outros estados da federação, onde as condições econômicas, sociais e culturais são diferentes.

Palavras-chaves: Desenvolvimento local, cooperativas, cooperativas de crédito, associados, participação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	12
2.1. COOPERATIVISMO	12
2.1.1 Surgimento do cooperativismo	13
2.1.2 Princípios do Cooperativismo	14
2.1.3 A Gestão Democrática.....	16
2.1.4 O cooperativismo no Brasil	17
2.1.4.1 Legislação cooperativista brasileira.....	18
2.1.4.2 Os diferentes tipos de cooperativas no Brasil.....	20
2.2. COOPERATIVAS DE CRÉDITO	22
2.2.1 O cooperativismo de crédito	22
2.2.2 O cooperativismo de crédito no Mundo	23
2.2.3 O cooperativismo de crédito no Brasil	25
2.2.3.1 Legislação brasileira para cooperativas de crédito	28
2.2.3.2 Especificidade das cooperativas	30
2.2.3.3 SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo	31
2.2.3.4 Pré-requisitos para aderir ao SICREDI	37
2.3. COOPERAÇÃO ENTRE ATORES.....	38
2.3.1 Arranjos institucionais.....	39
2.3.2 Participação e cooperação nas cooperativas	40
3. METODOLOGIA.....	44
3.1 Método de pesquisa	44
3.2 Amostragem e seleção dos entrevistados	45
3.3 Seleção das variáveis de pesquisa	46
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	48
4.1 Características Gerais	48
4.2 Participação dos membros no SICREDI	54
4.3 Fatores que influenciam a participação dos sócios do SICREDI	64
4.3.1 Influência das características dos sócios	64
4.3.2 Aspectos ligados ao funcionamento da cooperativa.....	68
4.3.2.1 Percepção dos sócios sobre a existência de benefícios na cooperativa	69
4.3.2.2 A importância do SICREDI para os sócios	74
4.3.2.3 Impacto do SICREDI para os sócios	79

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
ANEXO I	91

1. INTRODUÇÃO

No mercado financeiro brasileiro, um banco é uma instituição pertencente ao Sistema Financeiro Nacional, regulado pelo Banco Central do Brasil e que cumpre as seguintes funções: rentabiliza as economias e poupanças das pessoas e empresas através do pagamento de juros, financia o consumo e o investimento para seus clientes, pessoas físicas ou jurídicas e realiza serviços de pagamentos e recebimentos para eles (FEBRABAN, 2012).

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2012) informa que existem três tipos de bancos: comercial, de investimentos e múltiplo. Os bancos comerciais podem ser públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros. Neles, os clientes podem realizar ou movimentar contas correntes, contas de poupança, fundos de investimento, cartões de crédito, crédito consignado, empréstimos e financiamentos em geral, pagamento de contas e boletos, etc. Esses bancos caracterizam-se por prestar serviços por meio das agências e postos de atendimento bancário.

Os bancos de investimento são instituições financeiras privadas, especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento de longo prazo da atividade produtiva, para suprimento de capital fixo e de giro, bem como na administração de recursos de terceiros. Esses bancos não possuem contas correntes e captam recursos via depósitos a prazo (aplicações financeiras), repasse de recursos externos e internos, e venda de cotas de fundos de investimento por eles administrados. Os bancos múltiplos são as instituições financeiras que reúnem as funções de banco comercial e de banco de investimento (FEBRABAN, 2012).

O Sistema Financeiro Nacional é o conjunto de instituições públicas e privadas que viabiliza a regulação, operação e supervisão das operações financeiras internas e externas do país. Ele objetiva promover o desenvolvimento equilibrado do país, onde o Estado, através da emissão de moeda pelo Banco Central e da regulação do destino das fontes de recursos dos demais operadores, determina os níveis de consumo e os setores da economia a serem fomentados, conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 192 (SCHARDONG, 2003).

As cooperativas de crédito integram o Sistema Financeiro Nacional. No final de 2011, existiam no Brasil 1.321 cooperativas de crédito, com cerca de 5,1 milhões de associados. Elas administravam 2,25% dos ativos totais do país, número em forte expansão, pois em 1995 as 908 cooperativas de crédito existentes tinham uma participação de apenas 0,20% desses

ativos. Nesse período as cooperativas registraram um crescimento de 9.728%, enquanto o Sistema Financeiro Nacional cresceu 758% (MEINEN e PORT, 2012).

Se as cooperativas de crédito fossem inseridas como apenas uma entidade no ranking das maiores instituições financeiras do país, elas estariam ocupando o 2º lugar em rede de atendimento, 7º lugar no ranking de instituições financeiras de varejo e 8º no ranking de ativos (MEINEN e PORT, 2012).

As cooperativas de crédito realizam a captação de recursos, concessão de financiamentos e empréstimos e comercialização de produtos e serviços de natureza bancária para atender as necessidades de seus cooperados na administração de suas finanças. A formalização dos negócios entre cooperativas de crédito e associados é baseada principalmente no Código Civil Brasileiro e nas resoluções emitidas do Banco Central do Brasil.

As sociedades cooperativas envolvem diversas peculiaridades no seu funcionamento, como a participação dos associados na assembleia geral, o processo de eleição dos conselheiros e diretores, a destinação dos resultados, entre outros aspectos relevantes. O cooperativismo diz respeito ao sistema de organização econômica que visa eliminar os desajustamentos sociais e reger o comportamento das pessoas integradas neste sistema, com base no conjunto de princípios do cooperativismo (CENZI, 2009).

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da resolução 64/136, declarou 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas, em reconhecimento da relevância deste modelo de negócios na redução da pobreza, na geração de trabalho e renda e na inclusão social. O cooperativismo tem se consolidado como fonte de renda e inserção social em diversos países. As cooperativas no mundo são formadas por mais de 1 bilhão de associados e geram mais de 100 milhões de empregos diretos (OCB, 2012).

Mais do que uma associação de pessoas, as cooperativas de crédito são agentes que promovem o desenvolvimento econômico e social, o que fortalece a economia e democratiza o crédito. Em todo o mundo são 51 mil cooperativas, presentes em 100 países (OCB, 2011).

Em 2011, das 1.321 cooperativas de crédito existentes no Brasil, 970 eram ligadas aos principais sistemas de crédito cooperativo do país, o SICOOB, com 552 cooperativas, o CONFESOL, com 190, o SICREDI, com 115, o UNICRED, com 100 e o CRECRED com 13. As demais cooperativas não eram filiadas a nenhum sistema de crédito cooperativo (MEINEN e PORT, 2012).

A participação dos membros na maioria das cooperativas fica restrita a um pequeno grupo de cooperados ativos. Conforme destacado por Mendes (2010), apesar da relevância da participação social, pouco ainda é feito para incentivá-la e aumentá-la. Na maioria dos casos, a participação dos associados fica restrita ao econômico, ou seja, no caso das cooperativas de crédito, os cooperados estão mais interessados na redução de taxas, tarifas e produtos com custo menor.

Mondadore (2013), no estudo realizado na Cooperativa de Mondragón, na Espanha, considerada hoje o maior empreendimento cooperativo de produção do mundo, analisou a aplicação do princípio Participação na Gestão e constatou que os meios de participação não diferem muito das cooperativas brasileiras. Existem reuniões mensais do Conselho Social (os membros são sócios), a Assembleia Geral é realizada anualmente e existem reuniões prévias antes da Assembleia Geral para informar e discutir as mudanças. A participação não é obrigatória. Nas entrevistas realizadas pelo autor foram relatadas que há problemas quanto à participação efetiva das pessoas, seja por falta de tempo para reunir e conversar ou a apatia delas em falar e expor seus principais questionamentos. Além disso, alguns sócios não compreendem pontos da gestão, para isso a cooperativa está investindo em cursos formativos. Outro fator apontado pela pesquisa foi a dificuldade de estabelecer um formato adequado para a participação de um número muito grande de pessoas.

A pesquisa realizada por Rosalem e Silva (2012), em cooperativas de Minas Gerais, demonstrou que os cooperados encaram a cooperativa como uma empresa comercial qualquer, sendo que participam muito pouco das decisões tomadas em assembleias. Além disso, os cooperados desconhecem seu verdadeiro papel perante a cooperativa.

De acordo com Piaceski e Gnoatto (2005), devido a complexidade de muitas cooperativas, é possível visualizar a sensação de desconexão dos associados em relação à sua cooperativa. O desconhecimento dos cooperados induz ao simples repasse de informações, por isso, os associados devem ser estimulados através da educação, comunicação e oportunidades em participar.

Apesar da Aliança Cooperativa Internacional ressaltar a importância da participação dos sócios no funcionamento das cooperativas (OCB, 2011), é possível se perguntar se essa participação ocorre de fato nas cooperativas modernas, em um mundo cada vez mais competitivo, ou se ela consta apenas nos estatutos, com uma atuação limitada dos cooperados. A identificação dessa dúvida levou ao objetivo da pesquisa, que é de analisar a participação

dos sócios na cooperativa de crédito SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo) no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

A partir desse objetivo foram definidos dois objetivos específicos:

- Identificar os fatores que podem influenciar a participação dos sócios na cooperativa de crédito SICREDI de Campo Grande, Mato Grosso do Sul;
- Verificar a percepção dos sócios em relação aos benefícios oferecidos pela cooperativa.

Assim, a presente pesquisa inicia com a Introdução, seguida pela Revisão da Literatura. Esse Capítulo é dividido em três grandes Itens, o cooperativismo, com os aspectos históricos, seus princípios universais, os diferentes tipos de cooperativas e a legislação que rege a constituição e funcionamento das cooperativas no Brasil; as cooperativas de crédito, com apresentação da origem, das especificidades das cooperativas, da história das cooperativas de crédito integrantes do sistema SICREDI e os pré-requisitos para aderir ao SICREDI. Finalmente, a Revisão da Literatura é finalizada pelo item sobre arranjos institucionais cooperativos, com noções sobre cooperação e participação entre atores. Em seguida são apresentadas a metodologia adotada na pesquisa, os resultados e as considerações finais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

As informações e dados apresentados na revisão da literatura servirão de base para a compreensão dos resultados da pesquisa. Esse Capítulo permite entender melhor os aspectos doutrinários do cooperativismo, as especificidades no funcionamento das cooperativas de crédito e a participação dos cooperados no SICREDI de Campo Grande/MS.

2.1. COOPERATIVISMO

Este item apresenta informações sobre a origem do movimento cooperativo no mundo e no Brasil, os princípios do cooperativismo, a estrutura e a legislação vigente para constituição e funcionamento das cooperativas.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2012), as cooperativas buscam atender as necessidades de seus associados, colocando as pessoas antes do lucro. O cooperativismo permite a geração de emprego, renda e inclusão social. No Brasil, cerca de 30 milhões de pessoas são associadas a uma cooperativa e 50% do que é produzido no país, na área rural, passa por uma cooperativa (OCB, 2012). De acordo com Rodrigues (2008), o cooperativismo é considerado como a terceira via para o desenvolvimento econômico e social, entre o capitalismo e o socialismo (RODRIGUES, 2008).

O cooperativismo é conceituado como uma doutrina que tem por base os princípios universais e diz respeito ao sistema de organização econômica que congrega pessoas com interesses econômicos comuns. Logo, o cooperativismo pode ser compreendido como uma alternativa socioeconômica baseada em princípios cujo objetivo é a construção de uma vida melhor para as pessoas (MEINEN e PORT, 2012).

Para Franke (1973), o cooperativismo pode ser definido em dois sentidos, por um lado designa o sistema de organização econômica que visa eliminar os desajustamentos sociais oriundos dos excessos da intermediação capitalista e por outro, significa a doutrina corporificada no conjunto de princípios que devem reger o comportamento do homem integrado naquele sistema.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), *apud* Meinen e Port (2012), esclarece que uma cooperativa é uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar um objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições equitativas para o capital necessário e

aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente.

Essa abordagem pode ser completada com a definição de Meinen, Domingues e Domingues (2002) para quem a forma cooperativa de atuação pode ser traduzida como um conjunto de ações simultâneas e integradas entre grupos de pessoas com um só propósito, notadamente de cunho econômico ou profissional, em diferentes campos da atividade humana. Para os autores, a cooperativa não deve ter um propósito lucrativo e deve ressaltar valores como ajuda mútua, democracia, igualdade, equidade, honestidade, transparência, solidariedade e responsabilidade social.

No próximo item são descritos o contexto e a história do surgimento do cooperativismo.

2.1.1 Surgimento do cooperativismo

As inovações e alternativas criadas pela sociedade sempre estiveram presentes em momentos de grandes transformações econômicas, sociais, políticas e o cooperativismo não poderia fugir deste cenário. Como destacado por Thenório (1999), o processo de industrialização ocorrido na Inglaterra propiciava a organização dos trabalhadores em classes assalariadas. Por outro lado, gerava desemprego em massa, trazendo miséria coletiva e desajustamentos sociais.

Neste cenário, na Inglaterra do século XIX, onde ocorria a Revolução Industrial, grande parte da sociedade era mal remunerada e em condições de trabalho degradantes. Nessa situação, alguns trabalhadores inconformados começaram a pensar e planejar mudanças na organização econômica e política da comunidade local (MENEZES, 2005).

Menezes (2005) destaca que na Inglaterra, como em outros países da Europa, as várias iniciativas para organizar comunidades, associações e colônias demonstraram o inconformismo social. A sociedade começava a se organizar em defesa do interesse comum. A partir de então a cooperação, a ajuda mútua e a solidariedade entre as pessoas foi a alternativa encontrada para solucionar, ou pelo menos aliviar, os problemas existentes (THENÓRIO, 1999).

Era a época dos primeiros passos do regime capitalista e as dificuldades desse período eram duramente sentidas pela classe operária, indefesa diante da potência do capital. Neste ambiente, um grupo de 28 operários ingleses de fábricas de tecelagem da cidade de Rochdale, distrito de Lancashire, nas proximidades de Manchester, constituiu formalmente,

em 21 de dezembro de 1844, a Sociedade dos Probonos Pioneiros de Rochdale (MLADENATZ, 2003).

Essa Sociedade adquiria produtos alimentícios no atacado que eram repassados aos sócios, ficando conhecida como armazém cooperativo. Esse grupo buscava encontrar soluções para seus problemas embasadas na ajuda mútua e na solidariedade entre seus membros. Era fundamental o rompimento do antigo costume das compras individuais e isoladas, por meio da criação de uma sociedade que permitisse comprar em maior escala, com preços menores e com descontos especiais (MLADENATZ, 2003). A partir de então, iniciou-se uma nova forma das pessoas se organizarem na tentativa de promover o desenvolvimento socioeconômico.

Esse grupo de ingleses ficou conhecido como os Pioneiros de Rochdale, pela influência que tiveram sobre as cooperativas da Inglaterra e de outros países, mas, principalmente, pela elaboração e aplicação de princípios que constituíram a base para o que é chamado hoje de princípios universais do cooperativismo, princípios apresentados no item seguinte.

2.1.2 Princípios do Cooperativismo

O cooperativismo é conceituado como uma doutrina baseada em princípios que devem ser rigorosamente observados na prática. Cada cooperado e, consequentemente, cada cooperativa, deve seguir, no seu procedimento, as regras que deles decorrem (GREDILHA, 1945).

Os princípios estão sob responsabilidade da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com sede na Suíça. Qualquer alteração passa pela realização de congressos promovidos pela ACI onde são discutidas as propostas de alterações (MEINEN e PORT, 2012).

Os princípios do cooperativismo foram baseados no estatuto da cooperativa de consumo de Rochdale (1844), que tinha sete artigos, também designados como “regras de ouro”. Esses princípios foram redigidos em 1885 e eram: 1. Adesão livre; 2. Controle democrático: “um homem, um voto”; 3. Devolução do excedente ou retorno sobre as compras; 4. Juros limitados ao capital; 5. Neutralidade política, religiosa e racial; 6. Vendas em dinheiro e à vista; 7. Fomento do ensino em todos os graus (MEINEN e PORT, 2012).

Esses princípios foram revistos em 1937, 1966 e 1995, em congressos coordenados pela Aliança Cooperativa Internacional. A última revisão, realizada em 1995 e vigente até

hoje, indica que a ação cooperativa, em qualquer parte do mundo, deve segui-los. Sempre na quantidade de sete, como na origem do cooperativismo, esses princípios são (MEINEN e PORT, 2012):

1º Adesão livre e voluntária: as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo ou gênero, social, racial, política e religiosa.

2º Gestão democrática: as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Em uma cooperativa, os membros têm igual direito de voto (princípio de um membro, um voto);

3º Participação econômica: os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros podem receber, habitualmente, havendo condições econômico-financeiras para tanto, uma remuneração sobre o capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: desenvolvimento da cooperativa, possibilitando a formação de reservas, em parte indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas transações com a cooperativa e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos associados.

4º Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5º Educação, formação e informação: as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6º Intercooperação: as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º Interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Esta pesquisa baseou-se no segundo princípio, de Gestão Democrática, com o objetivo de verificar a real aplicação deste nas cooperativas de crédito, particularmente no SICREDI do município de Campo Grande. O próximo item define com maior precisão esse conceito, com o objetivo de entender melhor o que ele significa em uma cooperativa.

2.1.3 A Gestão Democrática

Para Thenório (1999), o princípio da Gestão Democrática enfatiza a necessidade de participação ativa dos associados na formulação das políticas e na tomada de decisões da cooperativa. Meinen e Port (2012) reforçam essa definição e indicam que participar da vida da cooperativa é condição inarredável para o seu sucesso, dando vida aos valores da democracia, da igualdade, da transparência e da responsabilidade.

A gestão democrática na cooperativa é formalmente praticada na Assembleia Geral, onde cada associado tem o direito a voto. Conforme destacado por Cenzi (2009), na cooperativa não se leva em conta o capital social de cada associado, mas tão somente a pessoa, ou seja, um associado represente um voto, não importando o volume de negócios que realiza.

Complementando essa explanação, Meinen e Port (2012) esclarecem que as decisões são tomadas pela maioria, com possibilidade de voto direto (um associado igual um voto) ou indireto, em cooperativas com voto delegado, onde alguns são escolhidos para representar a todos, com a responsabilidade que a lei e o estatuto estabelecem.

Para Schulze (2002), na medida em que a participação na assembleia é um direito, esta se dá, em geral, em função do interesse que este possa ter nos assuntos a serem abordados. A não participação do cooperado nas reuniões e assembleias não acarreta nenhuma punição, ficando ao critério do associado participar ou não.

Analizando o tipo de governança das cooperativas, essa participação deveria ser mais efetiva. Na cooperativa não existe um único dono, todos os cooperados são proprietários do empreendimento. A responsabilidade pela gestão e pelos resultados alcançados é de todos os sócios, mesmo que existam conselhos e diretores que foram eleitos e contratados para representá-los (MEINEN e PORT, 2012).

Todavia, quando as cooperativas crescem em número de associados e consequentemente volume de negócios, a capacidade de integração e participação dos

cooperados fica prejudicada. Desta forma, o crescimento da cooperativa é visto como fator de aproximação do modelo de empresas tradicionais, com aumento da burocracia e o distanciamento entre diretoria e cooperados (DEEKE, 2008). A partir do conceito de Deeke pode-se afirmar que quando a cooperativa tem um número reduzido de cooperados, existe maior capacidade de aproximação e a participação pode ser mais efetiva.

Essa constatação foi evidenciada em uma cooperativa de Marechal Cândido Rondon/PR, na pesquisa realizada por Favarim e Batista (2013). A cooperativa pesquisada por eles cresceu em termos econômicos, porém, perdeu as características iniciais, deixando de lado os princípios que devem reger uma cooperativa, propiciando o afastamento de um número significativo de cooperados. Identificou-se que os cooperados não se sentem partícipes do processo de tomada de decisão.

Binda (2012), no estudo que realizou sobre a gestão participativa em cooperativas do Rio Grande do Sul, concluiu que cooperativas de grande e médio porte apresentam dificuldades no processo participativo com seus cooperados, diferente de cooperativas de pequeno porte que conseguem maior proximidade com seus membros. O autor afirma que o tamanho da cooperativa influencia diretamente no processo democrático-participativo e o estímulo à participação democrática se torna uma característica das cooperativas que almejam a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, econômica, social e ambiental.

2.1.4 O cooperativismo no Brasil

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2011) o movimento cooperativo no Brasil iniciou-se na área urbana, com a criação da primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, em Ouro Preto (MG), no ano de 1889. Essa cooperativa denominava-se Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Ela se expandiu para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, além de seu estado de origem, Minas Gerais.

O crescimento das cooperativas culminou na criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), entidade máxima do movimento cooperativo global. A ACI esclarece que uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada (MEINEN e PORT, 2012).

2.1.4.1 Legislação cooperativista brasileira

A constituição de uma cooperativa deve respeitar a Lei 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. As cooperativas singulares são constituídas pelo número mínimo de vinte pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971).

De acordo com a lei citada (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971), os associados de uma cooperativa investem na sociedade por meio da integralização de capital, que é subdividido em quotas-partes. Nenhum associado poderá subscrever mais de um terço do total de quotas-partes da sociedade cooperativa.

A Lei 5.764/71, Art. 38 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971) estabelece que a Assembleia Geral é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários. A Assembleia Geral tem poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta. Suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

As Assembleias Gerais devem ser convocadas com antecedência mínima de 10 dias, em primeira convocação, mediante editais afixados em locais apropriados das dependências comumente mais frequentadas pelos associados, publicação em jornal e comunicação aos associados por intermédio de circulares. A convocação é feita pelo Presidente, ou por qualquer órgão de administração, pelo Conselho Fiscal, ou após não atendida, por um quinto dos associados em pleno gozo dos seus direitos (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971).

O Art. 40 da recorrente lei estabelece que o quórum mínimo para instalação das Assembleias Gerais é de:

I – Dois terços do número de associados, em primeira convocação;

II – Metade mais um dos associados em segunda convocação;

III – Mínimo de dez associados na terceira convocação, ressalvado o caso de cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, que se instalarão com qualquer número.

Quando o número de associados nas cooperativas singulares exceder 3.000, o estatuto pode estabelecer que os associados sejam representados nas Assembleias Gerais por delegados que tenham a qualidade de associados e não exerçam cargos eletivos na sociedade. O estatuto determina o número de delegados, a época e forma de sua escolha e o tempo de duração da delegação (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971).

As cooperativas podem convocar Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, sendo obrigatória a realização anual da primeira, nos quatro primeiros meses do ano e a segunda quanto for necessária.

A Assembleia Geral Ordinária delibera sobre os seguintes assuntos:

I - prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço; c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal.

II - destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os Fundos Obrigatórios;

III - eleição dos componentes dos órgãos de administração, do Conselho Fiscal e de outros, quando for o caso;

IV - quando previsto, a fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e do Conselho Fiscal;

V - quaisquer assuntos de interesse social.

A Assembleia Geral Extraordinária realiza-se sempre que necessária e delibera sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no edital de convocação. É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

I - reforma do estatuto;

II - fusão, incorporação ou desmembramento;

III - mudança do objeto da sociedade;

IV - dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;

V - contas do liquidante.

São necessários os votos de dois terços dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações.

Os órgãos de administração da sociedade cooperativa são compostos por Conselho de Administração e Conselho Fiscal. O primeiro é eleito com mandato nunca superior a quatro anos, sendo obrigatória a renovação de no mínimo um terço do Conselho de Administração. O Conselho Fiscal é eleito anualmente em Assembleia Geral, constituído de três membros efetivos e três membros suplentes, todos associados, sendo permitida apenas a reeleição de

um terço dos seus componentes. O associado não pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e de fiscalização (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971).

Os aspectos jurídicos apresentados são aplicados em todas as cooperativas brasileiras. O próximo item apresenta os diferentes tipos de cooperativas no Brasil.

2.1.4.2 Os diferentes tipos de cooperativas no Brasil

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2011) as cooperativas são classificadas em 13 ramos, de acordo com o segmento onde atuam na economia:

1. *Agropecuário*: Cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem ao cooperado. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização, além da assistência técnica, educacional e social.

2. *Consumo*: Cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados. Subdividem-se em fechadas e abertas. Fechadas são as que admitem como cooperados somente as pessoas ligadas a uma profissão, sindicatos ou mesmas empresas, que, por sua vez, geralmente oferecem as dependências, instalações e recursos humanos necessários ao funcionamento da cooperativa. Isso pode resultar em menor autonomia da cooperativa, pois muitas vezes essas entidades interferem na administração. Abertas, ou populares, são as que admitem qualquer pessoa que queira se associar.

3. *Crédito*: Cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados. Atuam no crédito rural e urbano.

4. *Educacional*: Cooperativas de profissionais em educação de alunos, de pais de alunos, de empreendedores educacionais e de atividades afins. O papel da cooperativa de ensino é ser a mantenedora da escola, que deve funcionar de acordo com a legislação em vigor, ser administrada por especialistas contratados e orientada por um conselho pedagógico, constituído por pais e professores.

5. *Especial*: Cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas ou que se encontram em situações de desvantagem nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999. Nessa Lei, as cooperativas atuam visando à inserção no mercado de trabalho desses indivíduos, à geração de renda e à conquista da sua cidadania. Elas organizam o seu trabalho, especialmente no que diz respeito às dificuldades gerais e individuais das pessoas em desvantagem, desenvolvem e executam programas especiais de treinamento, com o objetivo de aumentar-lhes a produtividade e gerar sua independência econômica e social.

6. *Habitacional*: Cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para o seu quadro social.

7. *Infraestrutura*: Cooperativas que atendem direta e prioritariamente o seu quadro social com serviços essenciais, como energia e telefonia.

8. *Mineral*: Cooperativas com a finalidade de pesquisar, extraír, lavrar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.

9. *Produção*: Cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos, quando detenham os meios de produção. Para os empregados cuja empresa entra em falência, a cooperativa de produção geralmente é a única alternativa para manter os postos de trabalho.

10. *Saúde*: Cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana.

11. *Trabalho*: Cooperativas que se dedicam à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos. As cooperativas de trabalho são constituídas por pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma.

12. *Transporte*: Cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros.

13. *Turismo e lazer*: Cooperativas que prestam ou atendem direta e prioritariamente o seu quadro social com serviços turísticos, lazer, entretenimento, esportes, artísticos, eventos e de hotelaria.

Como a pesquisa se focalizou nas cooperativas de Crédito, o próximo item apresenta essas cooperativas, o conceito, expansão pelo Mundo e Brasil, além dos aspectos jurídicos de funcionamento.

2.2. COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Neste item é apresentada a origem do cooperativismo de crédito no mundo e no Brasil, seus aspectos legais e a estrutura de gestão.

2.2.1 O cooperativismo de crédito

O Banco Central do Brasil é o órgão que autoriza, regulamenta e fiscaliza as cooperativas de crédito e as define como instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedades cooperativas, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

Os produtos e serviços ofertados pelas cooperativas de crédito aos seus cooperados assemelham-se operacionalmente aos produtos e serviços ofertados pelos bancos a correntistas. Schardong (2003) enfatiza que uma cooperativa de crédito tem por objetivo promover a captação de recursos financeiros para financiar as atividades econômicas dos cooperados, a administração de suas poupanças e a prestação de serviços de natureza bancária por eles demandada.

Segundo Pinho (2004), o cooperativismo de crédito vem sendo reconhecido como instrumento de inclusão econômica e social, tanto por autoridades governamentais e financeiras, como por empresários, acadêmicos, educadores, universitários, líderes políticos e populares, e pela população em geral, desejosa de melhorar seu padrão de vida. Rodrigues (2008) enfatiza que em períodos de crise econômica, as cooperativas costumam sofrer muito menos do que as empresas privadas, por que investem apenas o capital dos seus membros, sem correr riscos em negócios especulativos que nada têm a ver com seus objetivos.

A cooperativa é uma empresa como qualquer outra, sujeita a todas as vicissitudes, com a grande diferença de que é uma empresa de caráter social, onde a pessoa humana é o centro de todas as atenções e a razão da existência da cooperativa. No sistema capitalista o homem se torna apenas um instrumento para atingir o objetivo que é o lucro (THENÓRIO, 1999).

As cooperativas funcionam como instrumento de desenvolvimento local, assegurando a reciclagem dos recursos nas próprias comunidades onde atuam. O resultado monetário é reinvestido ali mesmo. Além disso, as entidades têm plena autonomia para ajustar a sua

política creditícia e de gestão da poupança à realidade do lugar. Onde há presença forte do cooperativismo de crédito, há uma tendência das tarifas financeiras e taxas de empréstimos serem menores do que nos municípios onde não existe cooperativismo (MEINEN e PORT, 2012).

Para os autores, as cooperativas de crédito destinam suas soluções ao próprio dono do empreendimento, ou associado, ao passo que na atividade bancária clássica o usuário (cliente) é um terceiro, estranho à empresa.

O próximo item apresenta a evolução do cooperativismo de crédito no mundo.

2.2.2 O cooperativismo de crédito no Mundo

O cooperativismo de crédito surgiu em ambiente adverso, com pessoas que se uniram sobre o esteio da ajuda mútua e conseguiram melhorar suas condições de vida a partir da organização em associações.

Em 1848, no município alemão de Flammersfeld, liderados pelo servidor público e filho de agricultores Friedrich Wilhelm Raiffeisen e apoiados pelo Pastor Muller, pequenos produtores buscaram pôr fim à agiotagem que existia na região. Eles criaram a Associação de Amparo aos Agricultores sem Recursos, também batizada de “Caixa Rural” (MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES, 2002).

A solução prática consistia em reunir as economias dos produtores mais abastados e com elas atender às necessidades individuais dos menos favorecidos, sem a perspectiva do ganho abusivo. A iniciativa dos produtores alemães criou o que é atualmente definido como cooperativismo de crédito (MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES, 2002).

Dois anos após a concretização da primeira cooperativa de crédito no mundo, o advogado alemão Herman Schulze, seguindo idêntica perspectiva (socorro de classes desprivilegiadas), mas em contexto urbano, liderou, a partir da fundação da Caixa de Socorro na cidade Delitzsch, na Alemanha, a criação das cooperativas de crédito urbanas. Tempo depois, em 1865, como desdobramento dos precursores alemães e em adaptação as peculiaridades econômico-sociais de então, Luigi Luzzatti, na cidade de Milão, Itália, fundou o Banco Popular (*Volksbank*) voltado para a população urbana (MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES, 2002).

O movimento cooperativo difundiu-se velozmente por toda a Europa, tendo chegado à América no ano de 1900 (pelo Canadá, em Quebec), sob a liderança do jornalista Alphonse Desjardins que, em 1909, fundou também a 1ª cooperativa de crédito dos Estados Unidos, em

Santa Maria, *New Hampshire*. Com o tempo, as adesões ao cooperativismo de crédito, no início vinculadas essencialmente ao fator “preço”, passaram a ser adicionalmente estimuladas pelo inadequado tratamento dispensado aos clientes das instituições financeiras tradicionais (atendimento, condições para acesso a crédito e outras operações) (MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES, 2002).

Na Alemanha, o movimento do cooperativismo de crédito foi liderado pela *DGRV* (*Deutscher Genossenschafts und Raiffeisenverband e. V* – Confederação Alemã das Cooperativas), de expressiva atuação em toda a Europa e também na América Latina, sendo representado por mil e setecentos bancos cooperativos (*Volksbank* e *Raiffeisenbank*), somando quinze mil pontos de atendimento. O cooperativismo de crédito responde por cerca de vinte por cento de todo o movimento financeiro-bancário do país (MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES, 2002).

Na França e na Holanda os bancos cooperativos estão liderados, respectivamente, pelo *Credit Agricole*, dividido em aproximadamente duas mil e setecentas “caixas locais”, com nove mil pontos de atendimento, e o *Rabobank*, com mais de trezentas e setenta unidades locais, subdivididas em cerca de mil e setecentos pontos de atendimento. Ambos estão entre as principais instituições financeiras de seus países e respondem por mais de noventa por cento das demandas em âmbito rural (MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES, 2002).

O cooperativismo de crédito conheceu substantivo desenvolvimento no Canadá, através do Sistema Desjardins, que reúne perto de mil cooperativas locais/caixas populares, e nos Estados Unidos, onde, apenas no âmbito do Sistema CUNA (*Credit Union Nacional Association* – Associação Nacional de Cooperativas de Poupança e Crédito) são contabilizadas em torno de doze mil unidades de atendimento cooperativo. Ao lado das *credit union* há também os bancos cooperativos agrícolas, responsáveis por mais de um terço dos financiamentos agropecuários do país. Cerca de vinte e cinco por cento da população norte-americana, mais de setenta milhões de pessoas, está associada a cooperativas de crédito, entidades que têm um banco central voltado exclusivamente para as suas atividades (NCUA – *National Credit Union Administration*).

É possível observar a evolução do cooperativismo de crédito pelo mundo na Tabela 1, com os 19 países com maior expressão, organizados por total de ativos.

Tabela 1. Países com maior expressão no cooperativismo de crédito.

Ranking	País	Instituições Cooperativas	Pontos de Atendimento	Associados	Clientes	Ativos	Base
1°	França	4.671	25.498	21,9 milhões	119 milhões	4,9 trilhões	2011
2°	Japão	470	18.436	13 milhões	47 milhões	1,43 trilhão	2011
3°	Alemanha	1.104	14.403	17 milhões	30 milhões	1,37 trilhão	2011
4°	China	2.880	-	200 milhões	-	1,03 trilhão	2009
5°	Holanda	139	872	1,9 milhão	10 milhões	986 bilhões	2011
6°	EUA	7.440	21.429	93,1 milhões	-	974 bilhões	2011
7°	Itália	498	13.915	2,4 milhões	18,8 milhões	876 bilhões	2011
8°	Áustria	598	2.731	2,3 milhões	5,1 milhões	546 bilhões	2011
9°	Canadá	785	3.398	10,8 milhões	-	332 bilhões	2011
10°	Espanha	74	4.928	2,4 milhões	10,5 milhões	166 bilhões	2011
11°	Suíça	328	1.098	1,7 milhão	3,6 milhões	166 bilhões	2011
12°	Finlândia	209	535	1,3 milhão	4,2 milhões	121 bilhões	2011
13°	Austrália	106	-	4,5 milhões	-	84 bilhões	2011
14°	Brasil	1.273	4.825	5,8 milhões	-	68 bilhões	2011
15°	Índia	1.645	-	20 milhões	-	52 bilhões	2011
16°	Coreia	954	1.762	5,9 milhões	-	43 bilhões	2011
17°	Tailândia	2.064	13.089	3,5 milhões	14,6 milhões	27 bilhões	2011
18°	Inglaterra	1	90	3,5 milhões	-	24 bilhões	2009
19°	Irlanda	494	-	3 milhões	-	17 bilhões	2011
Total		64.488	127.643	429 milhões	266 milhões	13,2 trilhões	

Fonte: Meinen e Port (2012)

O Brasil está em décimo quarto lugar no ranking do cooperativismo de crédito mundial. Apesar dessa colocação, as cooperativas de crédito do país administram apenas 2,25% dos ativos totais, o que oferece uma grande oportunidade de crescimento para essas empresas.

O próximo item apresenta a história e a evolução das cooperativas de crédito nacional.

2.2.3 O cooperativismo de crédito no Brasil

No Brasil, o cooperativismo de crédito iniciou no estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente no município de Nova Petrópolis. Liderada pelo Padre jesuítico Theodor Amstad, constituiu-se em 28 de dezembro de 1902 a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, inspirada nos princípios do modelo alemão Raiffeisen, uma associação restrita a produtores

rurais. Logo, começaram na região outras iniciativas para expansão do cooperativismo de crédito (MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES, 2002).

Segundo a OCB (2011), o modelo implantado por Theodor Amstad aplicava-se preferencialmente a produtores rurais. Esse modelo não dava tanta importância ao capital social depositado pelos cooperados, ou seja, não estimulava o aumento contínuo deste investimento na cooperativa e toda a movimentação financeira era feita por meio de depósitos que recebiam uma pequena remuneração. Com as sobras eventualmente apuradas, eram criadas reservas para enfrentar, com mais segurança, momentos de incerteza. Esse modelo conheceu um grande desenvolvimento no Rio Grande do Sul, chegando a dispor de uma cooperativa central com mais 50 cooperativas singulares filiadas.

Por volta de 1930, um segundo modelo de cooperativa de crédito iniciou no Brasil, sempre apoiado pela Igreja Católica. Desta vez, a ideia foi trazida por leigos que, participando de um Congresso Mariano em Roma, conheceram o modelo desenvolvido pelo italiano Luigi Luzzati (1841-1927). Diferenciava-se do modelo alemão pelo fato de exigir um pequeno capital quando da admissão de um cooperado e ter como público preferencial os assalariados, os artesãos e os pequenos empresários, comerciantes ou industriais (MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES, 2002).

Um terceiro e último modelo de cooperativas de crédito aportou no final dos anos 50, trazido por Maria Thereza Rosália Teixeira Mendes com o apoio de Dom Hélder Câmara, na época bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Esse modelo, criado pelo canadense Alphonse Desjardins (1854-1920), chamado de Desjardiano, chegou ao Brasil numa fase em que o cooperativismo de crédito não andava muito bem. O antigo serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, órgão governamental encarregado de autorizar o funcionamento de cooperativas, fiscalizá-las, intervir e liquidá-las, tinha resolvido suspender qualquer autorização de funcionamento para cooperativas de crédito no momento em que se iniciava a implantação da primeira cooperativa desse modelo. Desta forma, houve uma grande retração da criação de cooperativas de crédito (MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES, 2002).

Com a aprovação da reforma bancária (Lei 4.595/64) e a institucionalização do crédito rural (Lei 4.829/65), as restrições normativas e a perda de competitividade fizeram desaparecer mais de 50 cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul entre o período de 1970 e 1980 (MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES, 2002).

Nos anos 80 houve uma tentativa de recriação das cooperativas de crédito rural. Um cooperativista brasileiro, Mário Kruel Guimarães, deu início a um novo processo na tentativa

de criar um Sistema de Crédito Rural cooperativo no país. Esse projeto foi iniciado em 1981 no Rio Grande do Sul e em 1984 nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Já os estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás iniciaram a constituição de cooperativas de crédito rural por volta de 1986 (OCB, 2011).

A Tabela 2 apresenta a evolução na quantidade de cooperativas de crédito no país.

Tabela 2: Número de Cooperativas de Crédito constituídas no Brasil entre 1940 e 2003.

Anos	Número de Cooperativas de Crédito
1940	239
1950	320
1960	496
1970	377
1980	430
1990	806
1995	981
2003	1.450

Fonte: Banco Central do Brasil (2008)

A Tabela 2 mostra uma expansão no número de cooperativas de crédito no país. E a partir da Resolução 3.106, emitida pelo Banco Central do Brasil em 2003, permitiu-se a livre admissão de associados, ou seja, qualquer pessoa pode tornar-se cooperada independente de sua atividade profissional, observa-se uma tendência de fusão e incorporação entre cooperativas de crédito. Essas fusões permitem um ganho de escala, com maior capacidade de negócios e investimentos para atender a necessidade dos cooperados.

As cooperativas de crédito tornaram-se uma alternativa ao sistema financeiro convencional, sendo uma sociedade de pessoas que utilizam a empresa cooperativa para poupar, tomar empréstimos e utilizar os demais produtos e serviços. Ao final de cada exercício, os cooperados beneficiam da distribuição dos resultados proporcionalmente a movimentação de cada associado (MEINEN, DOMINGUES e DOMINGUES, 2002).

De acordo com Meinen e Port (2012), dos 5.564 municípios brasileiros, 45% possuem um ponto de atendimento cooperativo de crédito. Ao todo são 4.825 pontos de atendimento, conforme indicado na Tabela 3.

Tabela 3. Maiores instituições financeiras do Brasil em pontos de atendimento.

Instituição Financeira	Qtde. de agências	% do total
Banco do Brasil	5.183	19,89%
Cooperativas de crédito	4.825	18,49%
Bradesco	4.611	17,70%
Itáu	3.823	14,68%
Santander	2.510	9,63%
Caixa Econ. Federal	2.309	8,86%
HSBC	867	3,33%
Banrisul	439	1,69%
Banco do Nordeste	187	0,72%
Mercantil do Brasil	165	0,63%
Sub-total	24.921	95,48%
Total no país	26.101	100%

Fonte: Meinen e Port (2012)

A Tabela 3 indica que uma integração de todas as cooperativas de crédito no Brasil permitiria a criação da segunda maior rede de atendimento em quantidade de pontos espalhados pelo país.

O próximo item relata os aspectos jurídicos no funcionamento das cooperativas de crédito brasileiras.

2.2.3.1 Legislação brasileira para cooperativas de crédito

A Lei 4.595/64 dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e estabelece que as cooperativas de crédito compõem o Sistema Financeiro Nacional. Em seu artigo 9º estabelece que compete ao Banco Central do Brasil cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2012).

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional. Compete a ele estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial. O CMN é composto pelo Ministro da Fazenda (Presidente), pelo Ministro do Planejamento e

Orçamento e pelo Presidente do Banco Central do Brasil (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2012).

As cooperativas de crédito podem entrar em funcionamento apenas com a autorização do Banco Central do Brasil, conforme dispõe o artigo 18 da Lei 4.595/64 (BRASIL, 1964):

Art. 18 - As instituições financeiras somente poderão funcionar nos País mediante prévia autorização do Banco Central da República do Brasil ou decreto do Poder Executivo, quando forem estrangeiras.

§ 1º Além dos estabelecimentos bancários oficiais ou privados, das sociedades de crédito, financiamento e investimentos, das caixas econômicas e das cooperativas de crédito ou a seção de crédito das cooperativas que a tenham, também se subordinam as disposições e disciplina desta Lei no que for aplicável as bolsas de valores, companhias de seguros e de capitalização, as sociedades que efetuam distribuição de prêmios em imóveis, mercadorias ou dinheiro, mediante sorteio de títulos de sua emissão ou por qualquer forma, e as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, por conta própria ou de terceiros, atividade relacionada com a compra e venda de ações e outros quaisquer títulos, realizando nos mercados financeiros e de capitais operações ou serviços de natureza dos executados pelas instituições financeiras.

O Art. 55 da Lei 4.595/64 estabelece que o Banco Central do Brasil possui a atribuição de autorizar o funcionamento e fiscalizar as cooperativas de crédito. Esse artigo coloca essas instituições sobre a subordinação das resoluções emitidas por este órgão (BRASIL, 1964).

Em 2003, o Banco Central do Brasil, através da Resolução 3.106, permitiu a constituição de cooperativas de crédito de livre admissão de associados. Essa Resolução facilitou, para qualquer pessoa, independente de sua atividade profissional, ser associada a uma cooperativa de crédito. Desta forma, a entidade monetária potencializou o desenvolvimento e promoveu a adesão de mais associados, com possibilidade de usufruir das vantagens de uma cooperativa de crédito (BACEN, 2008).

É possível estimar que as relações de cooperação entre os membros das cooperativas de crédito tornaram-se um desafio ainda maior a partir da Resolução 3.106. Até 2003, as cooperativas eram organizadas por atividade profissional. Essa prerrogativa permitia maior coesão social entre os associados e consequentemente relações de cooperação. A partir de 2003 iniciou-se um processo de transformação das cooperativas de crédito para livre admissão de associados. Em dezembro de 2011, das 1.273 cooperativas de crédito singulares em funcionamento no Brasil, 248 eram cooperativas de livre admissão. Estas detinham 45% da rede de atendimento (agências), conforme demonstrado na Tabela 4. As cooperativas de crédito do tipo Luzatti são constituídas de associados pessoas físicas em geral.

Tabela 4. Distribuição das cooperativas de crédito por tipo.

Tipo de Cooperativa	Quantidade de Cooperativas	Quantidade de Agências	Total	% do total	Média de Agências
Livre Admissão	248	1.896	2.144	45%	8,65
Crédito Mútuo	640	614	1.254	26%	1,96
Rural	291	567	858	18%	2,95
Empresários	86	328	414	9%	4,81
Luzzatti	8	97	105	2%	13,13
Total	1.273	3.502	4.775	100%	3,74

Fonte: Meinen e Port (2012)

A Resolução 3.106 facilitou o ingresso de novos associados e permitiu maior volume de negócios nas cooperativas de crédito. Por outro lado existe uma preocupação em relação à educação cooperativista destes novos sócios. Pinho (2004) reforça que aumenta a preocupação quanto à necessidade de educar cooperativamente os cooperados, para eles poderem conhecer as peculiaridades dessas instituições financeiras e, portanto, organizá-las e geri-las de acordo com as normas legais e estatutárias vigentes.

O cooperativismo de crédito no mundo e no Brasil apresenta uma forte estruturação em sistema, onde diversas cooperativas e outras empresas são interligadas, fortalecendo a marca e permitindo um ganho de escala em diversos aspectos. No Brasil, é possível destacar os sistemas SICOOB, SICREDI e UNICRED como os principais sistemas de cooperativismo de crédito do país.

O próximo item apresenta as especificidades das cooperativas.

2.2.3.2 Especificidade das cooperativas

Na concepção de Bialoskorski Neto, Nagano e Moraes (2002) existe uma lógica diferente no funcionamento das cooperativas em relação às demais empresas. As cooperativas são sociedades civis de fins econômicos, mas não lucrativos, que apresentam especificidades quanto a sua função econômica e social. São organizações distintas das empresas com fins lucrativos, em especial as cooperativas de crédito em relação aos bancos, sobremaneira a forma como são geridas, a fonte de seus recursos e a destinação dos resultados. Em

consonância com essas diferenças, os principais atores dentro das cooperativas são os cooperados.

Em análise ao aspecto econômico, diferente dos bancos convencionais, onde o lucro ou prejuízo gerado por determinado cliente não afeta outro cliente, o resultado gerado por cada cooperado vai afetar o resultado total que pertence a todos os cooperados. Meurer (2006) destaca que apesar de não possuírem fins lucrativos, as cooperativas possuem fins econômicos, e estes são necessários para atingir os objetivos sociais.

Para Pinho (1986), o fato da cooperativa combinar os caracteres de associação e de empresa acarreta muitas dificuldades a seus administradores. Ao priorizar o aspecto cooperativo (social), correrá o risco de encontrar problemas na gestão econômica e financeira da empresa. Se considerar apenas o aspecto empresarial (econômico e financeiro), poderá distanciar-se dos cooperados e esquecer as finalidades sociais da cooperativa. O ideal será o equilíbrio entre os dois aspectos.

Complementando esse desafio, Meurer (2006) avalia que a competição é inevitável, porém, a cooperação é essencial. As relações sociais contemplam a participação dos cooperados nas decisões. Cada associado tem o mesmo direito de participar nas decisões, independentemente da sua participação no capital ou de suas transações com a cooperativa. Os cooperados intensamente envolvidos podem ter a mesma influência nas decisões do que cooperados com participação apenas eventual. No momento da votação, cooperados com compreensão parcial dos assuntos participam da decisão na mesma proporção que cooperados com melhores níveis de informações (ZYLBERSZTAJN, 1994).

No próximo item o sistema SICREDI, objeto da pesquisa, é apresentado.

2.2.3.3 SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo¹

O SICREDI, sigla que se refere ao Sistema de Crédito Cooperativo, teve sua história iniciada em 28 de dezembro de 1902, quando foi constituída a primeira cooperativa de crédito brasileira, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis - Rio Grande do Sul, atual SICREDI Pioneira RS. Em setembro de 1925 ocorreu a criação da primeira Central de Caixas Rurais, denominada União Popular do Rio Grande do Sul, que reuniu 66 cooperativas até 1964, sob a denominação de Caixas Populares Raiffeisen, e que tinha um

¹ Informações coletadas no site www.sicredi.com.br e no Portal Corporativo SICREDI (ferramenta de comunicação exclusiva dos colaboradores e dirigentes da empresa) em setembro de 2012.

papel expressivo no Sistema Financeiro do Rio Grande do Sul. Neste mesmo ano ocorreu a reformulação do Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 4.595/64), que impôs restrições normativas ao funcionamento das cooperativas de crédito brasileiras. Em 1967, esta central foi transformada na Cooperativa de Crédito Sul Rio-Grandense, atual SICREDI Metrópolis RS.

No final do ano de 1980 foi constituída a Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul - Cocecrer/RS, fruto da união de nove cooperativas de crédito remanescentes do sistema Raiffeisen no Rio Grande do Sul. Logo, foram constituídas as três primeiras cooperativas de crédito rural do Paraná. As primeiras operações foram realizadas pela Cooperativa de Crédito Agropecuária do Oeste Ltda., atual SICREDI Oeste PR.

Em 1985, as 10 cooperativas de crédito singulares em atividade no Paraná constituíram a Cooperativa Central de Crédito Rural do Paraná - Cocecrer/PR, atual Central SICREDI Paraná. Dois anos mais tarde, outras sete cooperativas de crédito e cinco cooperativas agropecuárias filiaram-se à Cocecrer/PR.

Em 1989, com a criação de mais 05 cooperativas de crédito em Mato Grosso: Credijul (SICREDI Vale do Cerrado); Credinova; Credioeste (SICREDI Sudoeste); Credinoroeste (SICREDI Noroeste) e Credicanarana (SICREDI Alto Xingu), foi constituída a Cooperativa Central de Crédito Rural de Mato Grosso - Cocecrer/MT, atual Central SICREDI MT. Em julho do mesmo ano foram criadas 10 cooperativas de crédito em Mato Grosso do Sul, sendo elas nos municípios de Dourados (Credidourada), Maracaju (Credimara), Ponta Porã (Credipan), Naviraí (Credinav), Rio Brilhante (Credirio), Caarapó (Credirural), Itaporã (Credita), Sidrolândia (Credilândia), Fátima do Sul (Credivale) e Bonito (Credibon). No dia 10 de novembro de 1989 foi criada a Cooperativa Central de Crédito Rural do Mato Grosso do Sul - Cocecrer/MS, atual Central SICREDI Brasil Central.

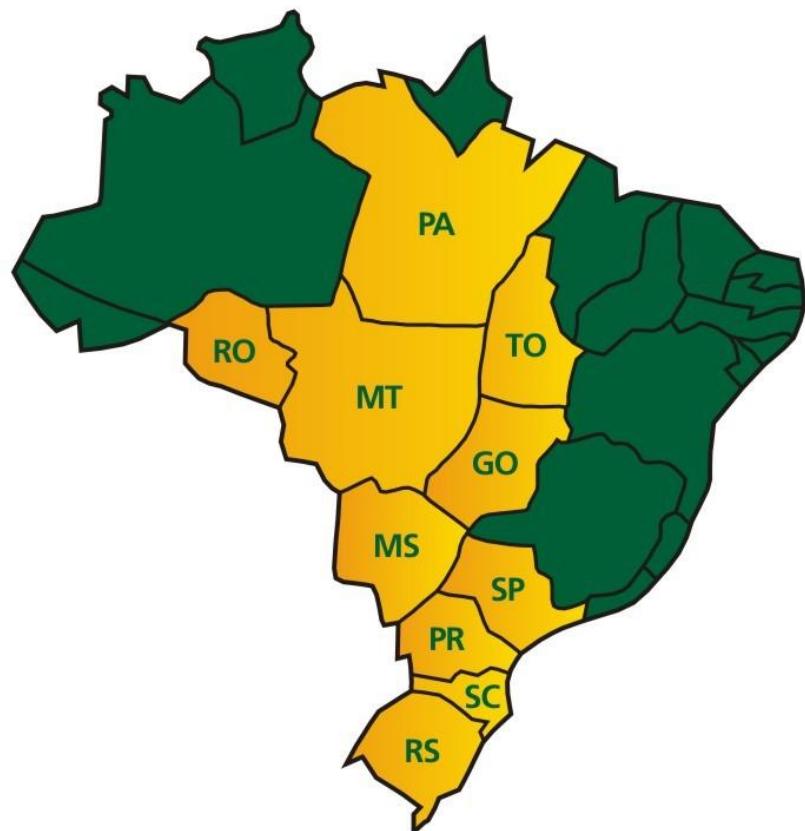
Em 10 de julho de 1992, por decisão de todas as cooperativas, a Cocecrer/RS e suas filiadas no Brasil passaram a adotar a marca SICREDI, unificando a identidade de todas as cooperativas do Sistema. Em 16 de outubro de 1995, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 2.193/95), as cooperativas filiadas à Central SICREDI RS constituíram o Banco Cooperativo SICREDI S.A, primeiro banco cooperativo privado brasileiro. Nos anos seguintes as cooperativas do Paraná e do Rio Grande do Sul, juntamente com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul uniram-se para fortalecer o Banco Cooperativo SICREDI, tornando-o, assim, um banco interestadual.

Em 2000, foram constituídas a Confederação SICREDI, com o objetivo de prestar serviços ao Sistema e entidades conveniadas, e a Corretora de Seguros SICREDI Ltda. Em 30 de novembro, o Conselho Monetário Nacional aprovou a resolução nº 2788/00, facultando aos bancos cooperativos a transformação em bancos múltiplos. Logo, o Banco Cooperativo SICREDI concretizou sua participação na BC CARD - Administradora de Cartões dos Bancos Cooperativos Ltda.

Em 2002, a Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos da Aliança Cooperativista do Estado de São Paulo - ALCRED Central-SP (atual Central SICREDI SP) e suas filiadas passaram a integrar o SICREDI. Assim, o SICREDI iniciou suas operações em São Paulo.

No ano de 2003, o Conselho Monetário Nacional aprovou a Resolução nº 3.106, que permitiu a livre admissão de associados às cooperativas de crédito. Em junho do mesmo ano, o SICREDI iniciou suas atividades em Santa Catarina. Em 2004 foi constituída a Administradora de Bens SICREDI Ltda. No ano seguinte, iniciaram-se as atividades do SICREDI em Goiás, Tocantins, Pará e Rondônia e foram constituídas a Fundação SICREDI e a Administradora de Consórcios SICREDI Ltda.

A Figura 1 apresenta destacado em amarelo os estados onde o SICREDI está presente com suas unidades de atendimento (agências).



Legenda: Destacados em amarelo os Estados com atuação do SICREDI

Figura 1. Área de atuação do SICREDI.

Fonte: SICREDI (2012)

A SICREDI Participações S.A foi constituída em 10 de outubro de 2008 para propiciar a participação direta e formal das cooperativas de crédito na gestão corporativa e, ao mesmo tempo, dar aos associados, à sociedade, aos órgãos de regulação, aos grandes fundos de investimento e às demais instituições financeiras que operam em nível nacional e internacional maior transparência na estrutura de governança do SICREDI.

A Figura 2 apresenta a estrutura organizacional do sistema SICREDI.

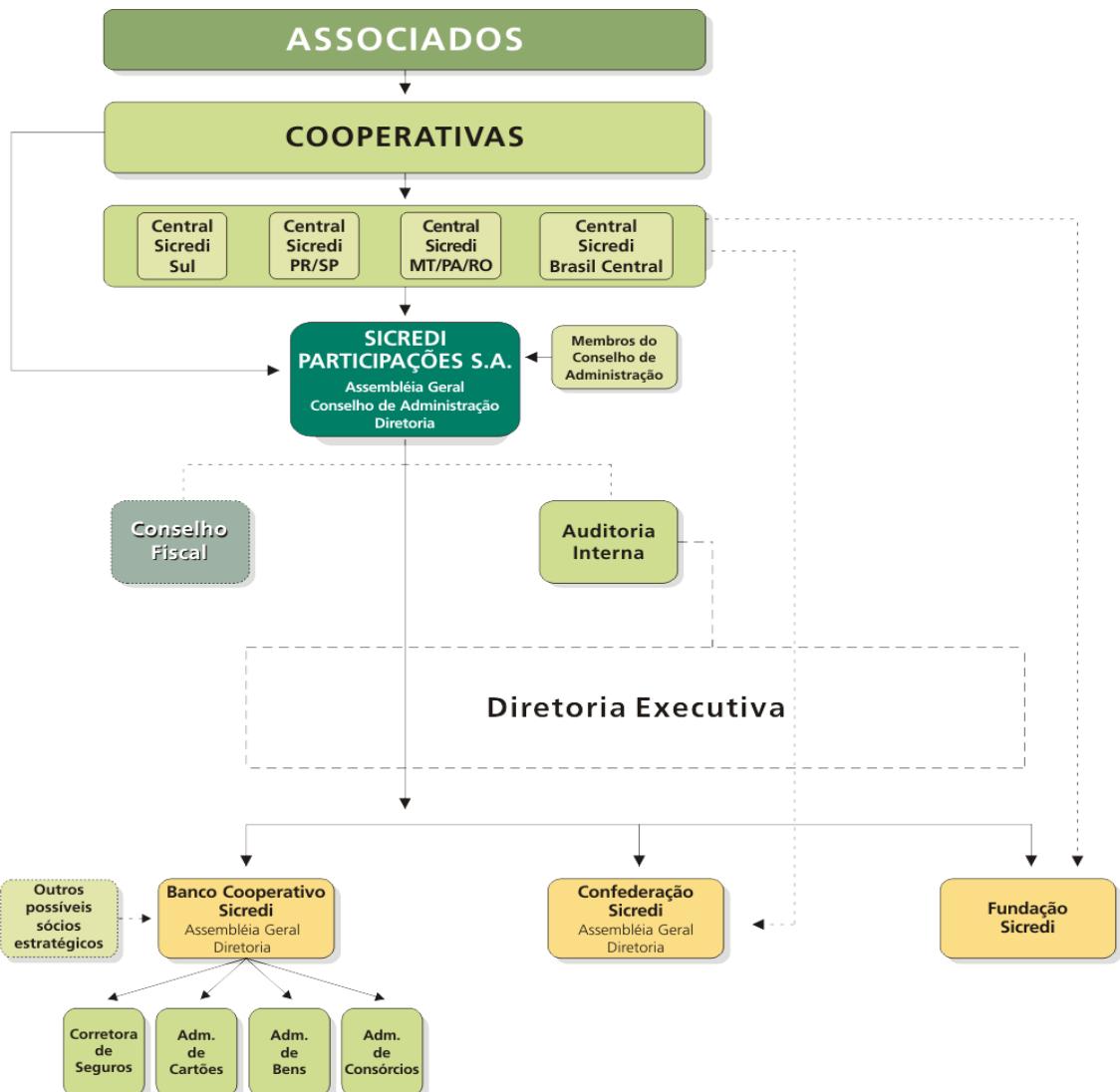


Figura 2. Estrutura Organizacional do sistema SICREDI.

Fonte: SICREDI (2012)

Em 2010, o SICREDI firmou uma parceria com o Rabo *Financial Institutions Development* - RD, braço de desenvolvimento do grupo holandês *RABOBANK*, sistema de crédito cooperativo Holandês presente em 40 países. Mediante participação minoritária no Banco Cooperativo SICREDI, o sistema holandês passou a transferir sua expertise de 160 anos de organização.

Em 2012 o SICREDI operava com 114 cooperativas de crédito, possuía mais de 1.100 pontos de atendimento em dez estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Pará, Rondônia, Goiás e São Paulo), com presença em 905 municípios. A organização em sistema, com quatro Cooperativas Centrais, Confederação, Banco Cooperativo e empresas controladas (Administradora de Cartões,

Administradora de Consórcios e Corretora de Seguros), além da SICREDI Participações S.A., com atuação de forma integrada, proporciona ganhos de escala, fortalecimento da marca e maior competitividade. Em julho de 2012, o SICREDI reunia mais de 2 milhões de associados.

Com origem essencialmente no meio rural, o SICREDI atua nos centros urbanos, por intermédio das cooperativas de livre admissão e/ou por meio de cooperativas de crédito segmentadas, que são aquelas ligadas a categorias profissionais ou segmentos econômicos específicos. Com o fortalecimento institucional do SICREDI e de outras instituições de mesma natureza, foi crescendo a abrangência de atuação do cooperativismo de crédito, com a significativa ampliação do volume de recursos administrados, o aumento do contingente de associados e a disponibilização de uma maior gama de produtos e serviços.

As Centrais SICREDI difundem o cooperativismo de crédito e coordenam a atuação das cooperativas filiadas, apoiando-as nas atividades de desenvolvimento e expansão. A SICREDI Participações S.A. é responsável pela definição e coordenação dos objetivos estratégicos e econômico-financeiros do SICREDI e pela deliberação de políticas de *compliance*, ética e auditoria. A Confederação tem por objetivo prover serviços às suas associadas e às demais empresas e entidades integrantes do SICREDI, nos segmentos de informática e administrativo, especialmente nas áreas tributária, contábil e de folha de pagamento. O Banco Cooperativo SICREDI atua como instrumento das cooperativas de crédito para acessar o mercado financeiro e programas especiais de financiamento. Finalmente, a Fundação SICREDI tem como objetivo estruturar, desenvolver e coordenar programas de educação que promovam o cooperativismo de crédito e a formação de associados.

Para fechar a apresentação do sistema SICREDI, relatam-se as diretrizes estratégicas da organização (valores, visão e missão). O sistema possui como valores a preservação irrestrita da natureza cooperativa do negócio; o respeito à individualidade do associado; a valorização e desenvolvimento das pessoas; a preservação da instituição como sistema; o respeito às normas oficiais e internas; a eficácia e transparência na gestão.

A visão do sistema é de ser reconhecido pela sociedade como instituição financeira cooperativa, com excelência operacional e de gestão, voltada para o desenvolvimento econômico e social. A missão é valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Observa-se nessas diretrizes estratégicas uma forte relevância do relacionamento e do desenvolvimento econômico e social dos membros da cooperativa. O próximo item apresenta os requisitos para tornar-se cooperado do sistema SICREDI.

2.2.3.4 Pré-requisitos para aderir ao SICREDI²

Para aderir como cooperado/associado do SICREDI, as pessoas físicas e jurídicas podem procurar uma das unidades de atendimento (agências) mais próxima. Qualquer pessoa pode fazer parte de uma cooperativa de crédito, desde que respeitadas às exigências legais, apresentação dos documentos pessoais ou empresariais e o cumprimento dos direitos e obrigações descritas no Estatuto da Cooperativa de Crédito.

As cooperativas são de propriedade das pessoas e têm como objetivos a captação de recursos para financiar as atividades dos associados, a administração de seus recursos e a prestação de serviços próprios de uma instituição financeira.

Numa cooperativa de crédito o resultado é chamado de sobra/perda e é proporcionalmente distribuído levando em conta o valor das operações que cada associado realizou durante o ano. As decisões são compartilhadas e tomadas a partir do voto dos sócios. Um associado é igual a um voto e todos tem os mesmos direitos e obrigações.

Os associados estão sujeitos ao cumprimento dos direitos e obrigações descritos nos estatutos das cooperativas de crédito filiadas ao SICREDI (SICREDI, 2012).

Direitos:

- Tomar parte nas assembleias gerais, discutir e votar assuntos que nelas sejam tratados, bem como examinar e pedir informações sobre a documentação das mesmas, prévia ou posteriormente a sua realização.
- Votar e ser votado para funções e cargos eletivos na cooperativa, respeitados, na segunda hipótese, o perfil e demais condições oficiais e regimentais exigidas para o posto.
- Valer-se das operações e serviços oferecidos pela cooperativa, cuja remuneração e preços, quando não definidos em normas oficiais, são fixados de acordo com as regras aprovadas pelo SICREDI.
- Usufruir das vantagens previstas em lei, no estatuto das cooperativas e em normas internas do SICREDI.

² Informações coletadas no site www.sicredi.com.br em setembro de 2012.

- Propor ao Conselho de Administração mudanças estatutárias e regimentais, bem como a adoção de providências de interesse da cooperativa ou do SICREDI, inclusive em decorrência de eventual irregularidade verificada na administração da sociedade ou de infração normativo-estatutária cometida por associado.
- Demitir-se da cooperativa quando lhe convier.

Obrigações:

- Cumprir e fazer cumprir fielmente a legislação própria, as disposições do estatuto da cooperativa e as demais normas internas do SICREDI, especialmente as que decorrem de deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.
- Cumprir fiel e pontualmente as obrigações e compromissos assumidos com ou pela cooperativa.
- Zelar pelos interesses da cooperativa e das coirmãs, não adotando comportamento que implique abalo de sua imagem ou do SICREDI.
- Ter sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se devem sobrepor os interesses individuais isolados, especialmente em questões que envolvam remuneração ou preços de operações de crédito e serviços, bem como atos de administração e fiscalização.
- Preferencialmente, investir suas economias na cooperativa e com ela realizar suas operações financeiras em geral.
- Não exercer, dentro da cooperativa, atividade que caracterize discriminação de qualquer ordem e manter a neutralidade política.

A partir da adesão como associado do sistema SICREDI, as pessoas são convidadas a participar de dois programas de formação que visam a apresentar e preparar estes novos associados para participar da vida da cooperativa: o Crescer, para informar o associado sobre as características deste empreendimento, e o Pertencer, que visa ter uma participação mais efetiva dos associados na gestão das cooperativas, tornando-os líderes cooperativistas.

O próximo item apresenta os aspectos da cooperação entre atores.

2.3. COOPERAÇÃO ENTRE ATORES

Neste item são apresentados os conceitos de arranjos institucionais e as diferenças entre participação e cooperação nas cooperativas.

2.3.1 Arranjos institucionais

Os arranjos institucionais podem ser definidos como os modos de organização das transações. Algumas transações no mercado são marcadas pela ausência de relações contínuas entre os atores, transações realizadas em arranjos denominados de mercado *spot*. No outro extremo, existe a integração vertical, onde os agentes fazem parte da mesma entidade, o que facilita a coordenação e permite maior segurança nas transações (VILPOUX e OLIVEIRA, 2011).

No meio termo, existem as formas híbridas de organização das transações. Essas formas caracterizam-se pelas relações de médio e longo prazo, onde a cooperação é construída pelo interesse mútuo dos agentes envolvidos nas trocas econômicas. As transações são consideradas uma interação entre dois ou mais atores, interação que pode ser formal ou informal, mercantil ou não (VILPOUX e OLIVEIRA, 2011). Para Ménard (2004), *apud* Vilpoux e Oliveira (2011), uma característica fundamental das formas híbridas é a mistura entre a dependência mútua e a necessidade de continuidade nas relações. Esses tipos de arranjos funcionam entre o mercado e a hierarquia e podem ser formais ou informais. Os arranjos cooperativos pertencem aos arranjos híbridos.

No mundo cada vez mais sem fronteiras, as pessoas vivem em redes, constituídas por canais que passam informações e conhecimento e por um conjunto de atores (ou nós, pontos, ou agentes) entre os quais existem vínculos (ou relações). As redes podem ser constituídas por muitos ou poucos atores e podem existir uma ou mais classes de relações entre eles. O comportamento das pessoas é determinado por suas relações passadas ou atuais, onde as redes têm mecanismos de mudança e transformações que independem da vontade dos seus componentes tomados isoladamente (MARTELETO e SILVA, 2004).

Essa formação de rede nas cooperativas decorre dos associados influenciarem uns aos outros com os resultados positivos ou negativos gerados por cada membro da cooperativa. Wegner (2011) afirma que a rede é caracterizada por relações de interdependência, onde os participantes (no caso os cooperados) afetam-se mutuamente e, portanto, têm ou deveriam ter interesse em obter informações relacionadas ao desempenho dos demais participantes (outros cooperados). Os associados da cooperativa formam entre si uma rede, muitas vezes de forma inconsciente.

Rangel (1972) faz uma metáfora com a rede do pescador. Para ele os nós representam as pessoas que criam vínculos de diversas qualidades e intensidades e os fios estão constituídos pelas relações, vínculos e diversas formas comunicacionais.

Diversas redes são criadas a partir da tomada de consciência sobre algum problema vivenciado por uma ou mais comunidades. Os fluxos de informação e conhecimento produzidos pelos laços existentes entre os membros da comunidade dependem de características culturais, sociais, econômicas e políticas, que também determinam a participação de cada um e as sanções para os não participantes. A posição de cada indivíduo na rede depende do capital social e informacional que consiga agregar para si próprio e para o conjunto (MARTELETO e SILVA, 2004).

Para Bourdieu (1985), o capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que está ligado à posse de uma rede de relações mais ou menos institucionalizada de interconhecimento e inter-reconhecimento vinculados a um grupo de agentes dotados de propriedades comuns unidos por ligações permanentes e úteis.

O próximo item apresenta os conceitos de participação e cooperação dentro das cooperativas.

2.3.2 Participação e cooperação nas cooperativas

As cooperativas possuem peculiaridades no seu funcionamento, onde os cooperados ocupam ao mesmo tempo o papel de donos, clientes, fornecedores e gestores do empreendimento. Essa multi-função acaba por confundir o tipo de relação que os cooperados devem ter com a cooperativa. Tal relacionamento precisa ser participativo e colaborativo, conforme princípios do cooperativismo.

As cooperativas são geridas pelos associados por meio dos conselhos de administração e fiscal. As pessoas que compõem tais conselhos são os próprios cooperados que são eleitos em Assembleia Geral para representar e defender os interesses dos cooperados.

Como já abordado no item 2.1.2 a participação e a cooperação são aspectos destacados nos princípios universais do cooperativismo. Em seu estudo sobre a participação nas cooperativas, Mendes (2010) destaca que a participação democrática dos sócios é um dos fundamentos da cooperação, sendo inclusive reforçada em dois princípios do cooperativismo: 1) Gestão democrática e 2) Participação econômica. O primeiro responsabiliza os sócios pela organização das atividades, pelas tomadas de decisões e o poder de participação ao instituir a relação “um homem um voto”. O Segundo se refere à questão do capital do qual todos são donos, tendo o direito de participar dos rendimentos e das decisões sobre sua destinação.

O princípio de Gestão Democrática, desenvolvido no item 2.1.3 indica que as cooperativas são organizações democráticas e que os associados participam ativamente na formulação de políticas e na tomada de decisões (MEINEN E PORT, 2012).

É possível entender a participação como um conceito teórico e uma prática social. Na teoria trata-se de um processo de construção da democracia, não apenas na forma representativa, mas que aproxime de um ideal, onde a participação organizada e progressiva seja efetivamente respeitada. Como prática social, a participação se manifesta nas diferentes modalidades de intervenção da população (MONTORO, 1990).

Para Demo (1988), a participação é conquista. Ela não pode ser entendida como dádiva, porque seria de todos os modos uma participação tutelada e vigente na medida das boas graças do doador. Não pode ser entendida como concessão, porque não é fenômeno residual ou secundário da política social, mas um dos seus eixos fundamentais. Não pode ser entendida como algo preexistente, porque o espaço de participação não cai do céu por descuido.

Para Souza (2000), a participação é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado. O homem já nasce num contexto historicamente dado, encontra um conjunto de relações e instituições que o fazem ocupar posições que independem de decisões próprias, assumindo, inclusive, determinado sistema de pensar e agir.

Demo (1988) considera que existe na participação uma tendência histórica à dominação. Para o autor tudo começa com um lado minoritário que comanda, e outro majoritário que é comandado. A falta de espaço de participação não é um problema em si, mas um ponto de partida. Primeiro encontra-se a dominação, e depois, se conquistada, a participação.

Para Cardoso (1985), o problema inicial a enfrentar para evoluir na direção da participação é aumentar a informação. Entretanto, esbarra-se com o problema de que a sociedade quer saber muito pouco e se satisfaz com muito pouco. O autor reforça que uma decisão precisa ter base conscientizada, ou seja, os cooperados precisam ter plena consciência do que vai acontecer após aquela decisão. Sem informação, a participação visa à manipulação.

Já a cooperação pode ser entendida como um processo social que origina-se do verbo latino *cooperari*, uma junção entre *cum* e *operari*, e que significa operar juntamente com alguém. Desde os primórdios da civilização, o homem percebeu a necessidade de viver em

sociedade e utilizou a força do grupo para minimizar as dificuldades encontradas (CENZI, 2009).

Para Roriz *et al.* (2011) cooperar se refere ao trabalho em conjunto, ou ação coletiva e simultânea, visando um objetivo ou finalidade comum a todos os envolvidos. A cooperação é um comportamento histórico, relacionado à experiência humana que possibilitou sua luta contra as adversidades que vieram ameaçar a sobrevivência da espécie, como doenças e fome. Esses conceitos evoluíram de acordo com o tempo e passaram a representar uma estratégia de desenvolvimento para os envolvidos, que reflete em toda a sociedade, de forma geral.

A cooperação entre as pessoas foi praticada principalmente para amenizar dificuldades. Tratava-se de um movimento simples, empírico e espontâneo de solidariedade, sem maiores preocupações com técnicas ou princípios organizacionais definidos e estruturados. Alguns exemplos da existência da cooperação nos primórdios da vida em sociedade podem ser encontrados no império dos faraós, cujos trabalhadores já se organizavam em grêmios e na civilização dos incas, cuja produção agrícola e pastoril era dividida de acordo com o trabalho prestado e com a necessidade de cada participante (THENÓRIO, 1999).

A discussão teórica das diferenças entre participação e cooperação pode iniciar na premissa que na cooperação a estabilidade no relacionamento é crucial e está ligada ao fato de cada integrante perceber a obtenção de ganhos maiores trabalhando de forma cooperativa (GRASSI, 2007). Para Lucena *et al.* (2011), a ação coletiva entre os indivíduos requer que existam interesses comuns entre eles. Em consequência, a cooperação e a solidariedade são os princípios que sustentam a ação coletiva.

Para Gide (2008), as formas de associação humana devem ser conscientes da tarefa que cada um precisa preencher, permitindo aos indivíduos se sentirem agentes e cooperadores de uma obra comum. A associação entre as pessoas não aspira a estabelecer uma homogeneidade dos indivíduos, ao contrário, busca utilizar as aptidões distintas, a originalidade e as potencialidades de cada um.

Dias (2011) cita o exemplo de comunidades onde existem mutirões para construção de casas, onde os indivíduos se reúnem para ajudar na construção da casa do vizinho, porque esperam que, mais para frente, seu vizinho fará o mesmo por eles. Mas se não houver essa garantia de reciprocidade, certamente não haverá cooperação.

Para cooperar, as pessoas precisam de um objetivo comum que depende da atuação conjunta para ser atingido, o que gera uma situação de dependência. Quando o objetivo pode

ser atingido sozinho não há cooperação, apesar do objetivo poder ser comum entre vários atores (VILPOUX e OLIVEIRA, 2011).

Essa relação de dependência pode ocorrer em duas situações, a primeira não exige investimentos, ou exige investimentos recuperáveis, ou seja, trabalhar em conjunto não expõe a riscos de perda. Nesse caso a cooperação poderá ocorrer sem necessidade de garantias. No segundo caso são necessários investimentos específicos e/ou custos irrecuperáveis (*sunk costs*). Nesse caso existe a possibilidade de perda em caso de problema na cooperação entre atores que, para começar uma transação, exigirão algum tipo de garantia (VILPOUX e OLIVEIRA, 2011).

A existência de penalidades ou sanções é capaz de aumentar a cooperação entre os indivíduos, mesmo em casos de relações anônimas (BOWLES e GINTIS, 2002, *apud* VILPOUX e OLIVEIRA, 2011). Existe também a cooperação com sentido maléfico, como os cartéis, acordos de lideranças de preços, entre outros. Nesse caso, a cooperação é positiva para os membros que participam, mas negativa para o resto da sociedade (GRASSI, 2007). Para Lucena *et al.* (2011) a existência da cooperação irá depender do grau de confiança interpessoal existente no grupo, havendo sociedades que sobressaem na cooperação e outras que prevalecem com o individualismo.

No próximo capítulo é apresentada a metodologia de pesquisa, onde são abordadas as variáveis utilizadas.

3. METODOLOGIA

Este Capítulo detalha os procedimentos e técnicas utilizadas na pesquisa, o universo de pesquisa, a seleção dos entrevistados e a descrição das variáveis analisadas.

3.1 Método de pesquisa

Para Lakatos e Marconi (2004) a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e permite conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais. Severino (2007) define o método científico como um instrumento utilizado pela ciência na sondagem da realidade, formado por um conjunto de procedimentos. O método significa o caminho a percorrer para alcançar os objetivos fixados.

O método utilizado na pesquisa foi o indutivo. Esse método utiliza-se da amostragem com vistas à generalização, ou seja, vai-se do particular para o geral. Assim, a cadeia de raciocínio estabelece conexão ascendente (MARQUES *et al.*, 2008).

Como método de procedimento utilizou-se o estudo multi casos, considerando que foram 8 unidades de atendimento (agências) pesquisadas, integrantes do sistema SICREDI localizadas no município de Campo Grande/MS. Este método deriva do estudo de caso, definido por Severino (2007) como uma pesquisa que se concentra no estudo de caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos. O caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas.

Para o levantamento de dados e de informações utilizaram-se técnicas de pesquisa bibliográfica (dados secundários) e pesquisa documental (dados primários), além de pesquisa de campo. Para Lakatos e Marconi (2004), a pesquisa de campo é usada para adicionar informações a um problema, permitindo uma associação com os dados coletados na pesquisa bibliográfica. Neste tipo de estudo são empregadas técnicas de entrevistas, questionários e procedimentos de amostragem.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas. Ela constitui o procedimento básico para os estudos monográficos e tem o intuito de recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema. A pesquisa bibliográfica tem por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis

sobre determinado tema. Ela tem como fonte a análise e interpretação de livros, periódicos, textos legais, mapas, entre outros.

A pesquisa documental assemelha-se a pesquisa bibliográfica. A diferença entre ambas está na natureza das fontes. A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados. Esse tipo de pesquisa investiga documentos a fim de se estudar a realidade presente e não o passado (CERVO e BERVIAN, 2002).

3.2 Amostragem e seleção dos entrevistados

Em Campo Grande/MS existem 8 unidades de atendimento (agências) do sistema SICREDI, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5: Informações das unidades de atendimento de Campo Grande/MS

Unidade de atendimento	Número de associados	Tempo de funcionamento
UFMS	3.629	24 anos e 4 meses
Centro	3.330	9 anos e 4 meses
Campo Grande	2.323	14 anos e 1 mês
Empresarial	1.999	5 anos e 9 meses
Fórum	1.898	15 anos e 6 meses
Júlio de Castilho	1.683	3 anos e 4 meses
Coronel Antonino	1.030	2 anos e 10 meses
Imbirussu	697	8 meses
TOTAL	16.589	-

Fonte: SICREDI - base nov/2012

Os dados da pesquisa foram obtidos nas 8 unidades de atendimento do SICREDI, a partir de pesquisa de campo. Os dados da pesquisa de campo foram levantados entre fevereiro e abril de 2013, de segunda a sexta-feira, entre 11 e 16h, horário de abertura das unidades. Houve alternância dos dias da semana e horários, para possibilitar maior diversidade de público, considerando que algumas pessoas vão às unidades de atendimento em horários específicos.

A amostragem utilizada foi a probabilística. Para Lakatos e Marconi (2004) a amostragem probabilística parte do princípio que cada elemento da população pesquisada possui uma probabilidade idêntica de ser selecionado para compor a amostra.

Os associados pesquisados foram abordados aleatoriamente dentro das unidades de atendimento nos dias e horários especificados, utilizando a seguinte técnica de abordagem: a cada 20 minutos foi abordada a primeira pessoa que passou pela porta. Caso essa pessoa não fosse associada ou não desejasse responder, a entrevista foi realizada com a próxima pessoa que entrasse e assim sucessivamente. O formulário de entrevista aplicado encontra-se no Anexo I.

Para determinar a quantidade de entrevistados as unidades foram divididas em três grupos conforme a quantidade de associados. As unidades com número de associados inferior a 1.500 tiveram 30 associados entrevistados, de 1.501 a 2.500 foram 55 e nas unidades com mais de 2.500 associados foram 70 entrevistados. A entrevista foi realizada apenas com os associados.

Tabela 6: Quantidade de associados entrevistados

Unidade de atendimento	Número de associados	Número de entrevistados
UFMS	3.629	70
Centro	3.330	70
Campo Grande	2.323	55
Empresarial	1.999	55
Fórum	1.898	55
Júlio de Castilho	1.683	55
Coronel Antonino	1.030	30
Imbirussu	697	30
TOTAL	16.589	420

O próximo item apresenta as variáveis que foram selecionadas para analisar a participação dos membros nas cooperativas de crédito.

3.3 Seleção das variáveis de pesquisa

A pesquisa buscou analisar a participação dos sócios nas cooperativas de crédito de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, especificamente nas unidades de atendimento do sistema SICREDI. Para esta análise utilizou-se das dimensões seguintes.

➤ Características gerais:

Descrição do perfil dos associados entrevistados, idade, profissão, renda ou faturamento, naturalidade, nível de escolaridade.

➤ Participação dos membros no SICREDI:

Esta dimensão permite avaliar o nível de participação dos associados nas reuniões, assembleias e demais eventos promovidos pela cooperativa. Como a gestão do empreendimento é coletiva, a participação nos eventos deliberativos, principalmente nas assembleias, é de grande importância. Como ressaltado na legislação brasileira, a Assembleia Geral é o órgão supremo da sociedade cooperativa, dentro dos limites legais e estatutários (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971).

Outras variáveis analisadas foram a leitura de informativos da cooperativa e a troca de ideias entre os associados. Buscou-se tomar conhecimento da quantidade de informações disponibilizadas aos associados e se eles possuíam acesso a tais informações para discussão entre eles. Como destacado por Zylbersztajn (1994), cooperados com melhores níveis de informações poderão compreender e discutir os assuntos para depois tomarem as decisões.

➤ Fatores que influenciam a participação dos sócios do SICREDI:

A pesquisa analisa quais os fatores podem influenciar a participação dos sócios na cooperativa. Esses fatores foram divididos em quatro categorias, conforme descrição a seguir:

- *Influência das características dos sócios:* influência da idade, região de nascimento, tempo de residência em Campo Grande, tipo de associado, formação e renda.
- *Percepção dos sócios sobre a existência de benefícios na cooperativa:* diferencial nas taxas de captação e empréstimos; facilidade de acesso ao crédito e recepção das sobras/lucros.
- *Importância do SICREDI para os sócios:* movimentação financeira na cooperativa e fidelização.
- *Impacto do SICREDI para os sócios:* satisfação com os serviços prestados pela cooperativa e a evolução da situação econômica e financeira do cooperado.

O próximo item apresenta os resultados da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse Capítulo aborda os resultados da pesquisa com os cooperados das agências do SICREDI em Campo Grande/MS. O perfil dos entrevistados é apresentado por unidade de atendimento.

4.1 Características Gerais

São avaliadas as características gerais dos cooperados entrevistados na pesquisa. A Figura 3 apresenta os tipos de sócios, pessoas físicas ou jurídicas, das unidades de atendimento (agências) do SICREDI em Campo Grande/MS. Quando o associado era uma pessoa física e jurídica, foi indicada a opção ambos.

Foi possível classificar as agências em dois grupos. As unidades UFMS e Centro apresentam um público predominantemente composto de pessoas físicas, enquanto as demais possuem um quadro social mais diversificado.

Essa constatação pode ser explicada pelo fato das unidades UFMS e Centro estarem entre as unidades mais antigas de Campo Grande, com 24 e 9 anos, respectivamente, de funcionamento. No passado as cooperativas de crédito atuavam quase que exclusivamente com associados na forma de pessoas físicas, conforme destacado no tópico 2.2.3.1. As duas outras agências mais antigas, a Campo Grande, com 14 anos, e a Fórum, com 15 anos de funcionamento, expandiram suas bases de associados a partir de pessoas jurídicas.

As outras agências são mais recentes, o que pode explicar a maior diversificação.

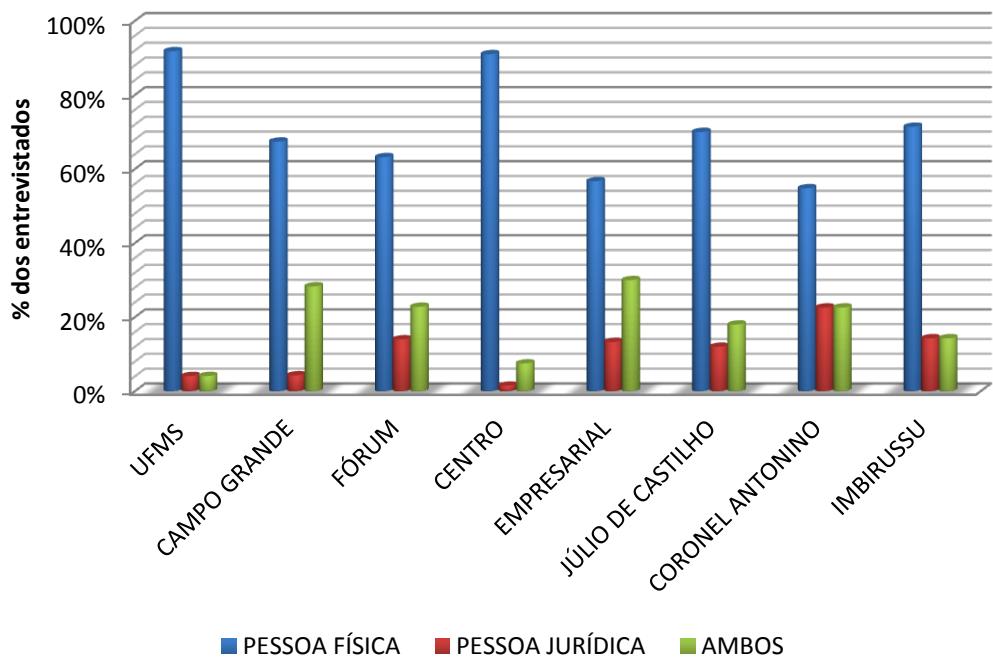


Figura 3. Tipos de associados – pessoas físicas, jurídicas ou ambos - nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A unidade Imbirussu é a agência com maior número de associados de menor renda. Ela se destaca pela grande proporção de associados ligados à prestação de serviços e similares, como eletricitários, motoristas de ônibus, mecânicos, auxiliar de serviços gerais, etc. Essa unidade encontra-se afastada do centro da cidade, ficando em região periférica. A unidade UFMS possui um perfil bem definido de profissões entre seus sócios. Pelo fato da sua origem na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, esta unidade mantém como público principal servidores públicos federais e profissões ligadas a este meio.

A unidade Campo Grande é diversificada nas profissões, apesar de sua origem ser no meio rural. A localização dessa agência tem atraído outros públicos, como empresários e profissionais liberais. Já a unidade Fórum também é diversificada, mas mantém uma base forte de associados que deram origem a esta unidade, membros do ministério público, servidores públicos do fórum da cidade e advogados.

A unidade Centro possui um perfil dominante de servidores públicos, principalmente de órgãos como FUNASA e INSS. Esta unidade foi aberta para atender empresários, no entanto, pela proximidade com órgãos federais houve um crescimento acentuado de

servidores públicos entre os sócios. Na unidade Empresarial o perfil encontrado foi majoritariamente de empresários e funcionários dessas empresas.

Na unidade Júlio de Castilho, a pretensão inicial era de abrir uma unidade para atender os militares, muito presentes nessa região. No entanto, nota-se uma forte presença de empresários, também numerosos na região onde a unidade está instalada. A unidade Coronel Antonino possui um perfil de sócios de acordo com as previsões iniciais, com a presença de uma grande quantidade de empresários na região.

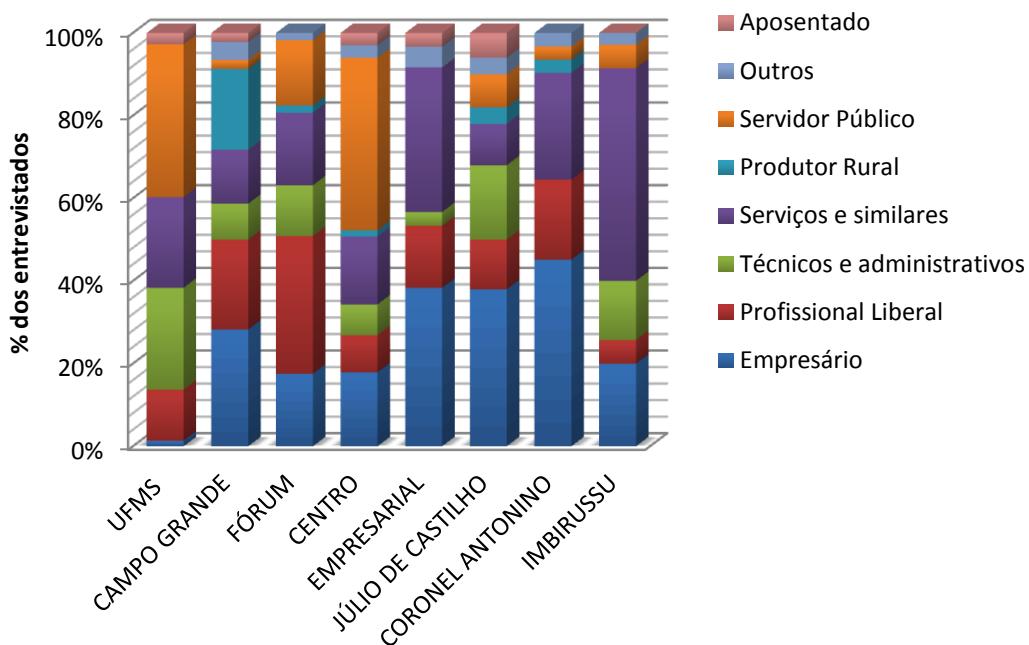


Figura 4: Profissão dos associados entrevistados nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Com as resoluções aprovadas pelo Banco Central do Brasil, que possibilitaram maior diversificação nas cooperativas de crédito, o SICREDI tem expandido fortemente o número de associados nos últimos anos. Esse crescimento gerou uma diversificação no perfil dos associados e, consequentemente, do tipo de associados, como indicado na Figura 4 e da renda mensal, conforme apresentado na Figura 5.

O perfil de renda observado nas agências pesquisadas parece refletir o perfil dos primeiros associados que formaram estas unidades de atendimento. A unidade Fórum, por exemplo, foi constituída para atender os integrantes das carreiras jurídicas, promotores, juízes,

advogados, etc., e apresenta um perfil de renda elevada. A unidade Imbirussu foi aberta para atender os eletricitários ligados a empresa Enersul e os funcionários das demais empresas da região, o que explica o perfil de renda menor dos sócios dessa agência.

Apesar das distinções apresentadas em cada unidade de atendimento, nota-se a predominância de pessoas com renda superior a dois salários mínimos e, em algumas unidades, superior a cinco salários mínimos.

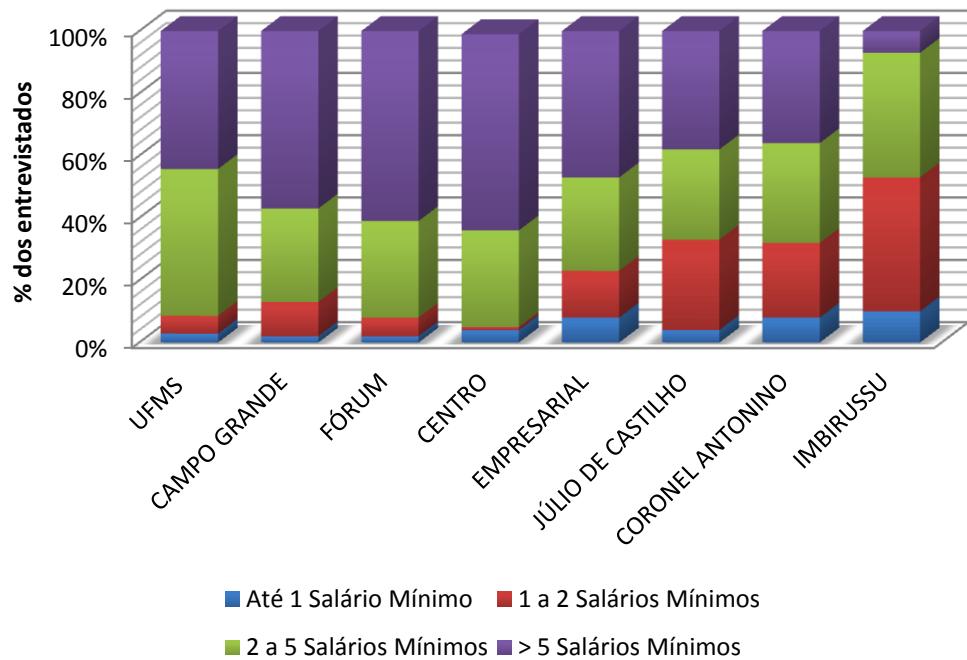


Figura 5: Renda mensal dos associados pessoas físicas, nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Não foram encontrados, nas unidades pesquisadas, exceto na unidade Campo Grande, jovens de 15 a 19 anos. Essa ausência pode ser explicada pelo fato de poucos jovens nessa faixa etária possuírem conta em banco.

Como no caso da renda, o perfil de faixa etária das agências pesquisadas parece ligado ao perfil dos associados. As unidades do Fórum e Empresarial, formadas por integrantes das carreiras jurídicas e de empresários, possuem perfis mais jovens, enquanto as unidades da UFMS e Centro, formadas de servidores públicos na ativa e aposentados, possuem um perfil médio mais velho entre seus sócios.

A predominância de faixa etária está entre 40 e 60 anos.

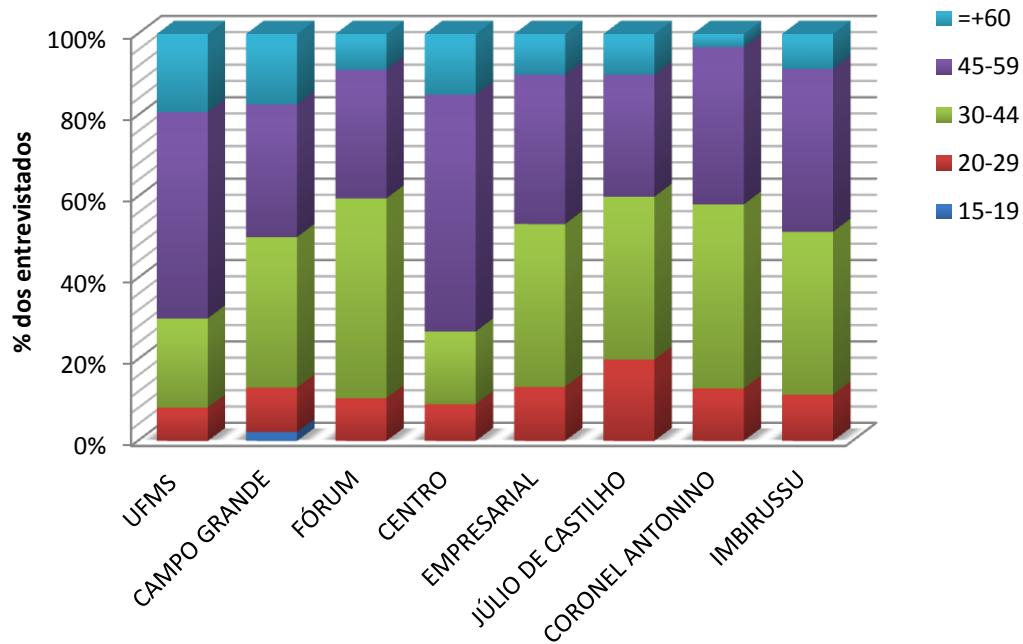


Figura 6: Faixa etária dos associados entrevistados, em anos, nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

As unidades UFMS e Fórum são formadas por sócios com maior nível de escolaridade (Figura 7), o que se justifica pelas profissões encontradas em ambas, além de estarem em locais que congregam pessoas mais instruídas. A primeira fica dentro do campus da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e a segunda é localizada em frente ao Fórum de justiça do estado. Esses resultados estão de acordo com os resultados da Figura 5, que indicam a presença de associados de maior renda mensal nessas unidades.

Na unidade Imbirussu, de acordo com as profissões encontradas, percebe-se um menor nível de escolaridade e, consequentemente, uma renda média mensal dos associados inferior às demais unidades do SICREDI do município de Campo Grande.

A maioria das unidades pesquisadas tem uma predominância de associados com escolaridade de Ensino Superior (Figura 7).

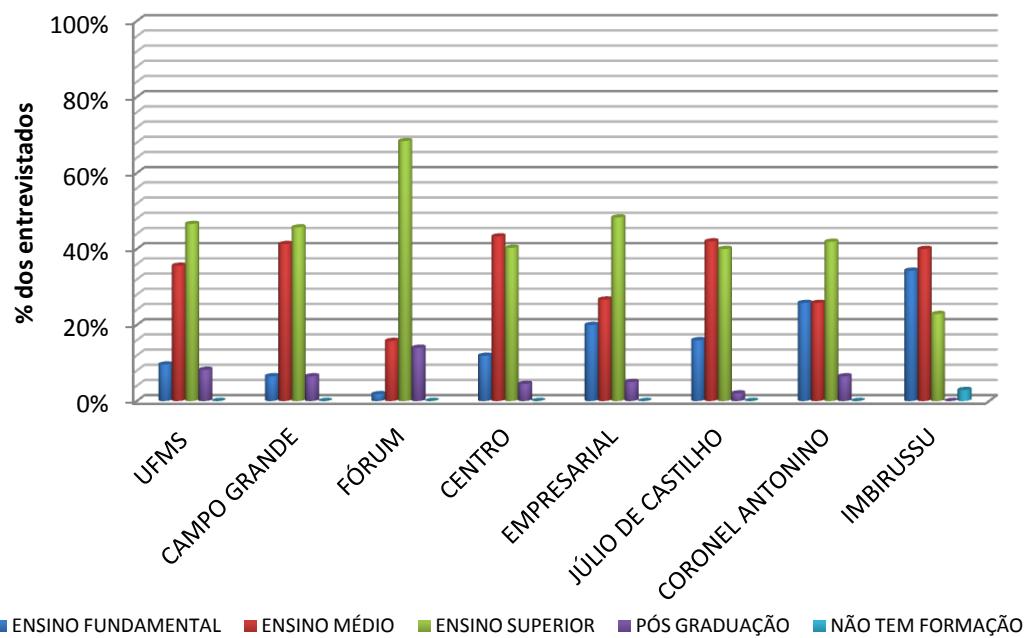


Figura 7: Nível de escolaridade dos associados entrevistados, nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Na pesquisa foi identificado também o tempo desde quando as pessoas eram associadas ao SICREDI. É claro que nas unidades com maior tempo de funcionamento foram encontrados os cooperados com maior tempo de cooperativa. Na unidade da UFMS, 82% dos entrevistados são associados há mais de 5 anos, enquanto que na agência Imbirussu apenas 14% encontram-se nessa situação. A agência da UFMS é a mais antiga, com 24 anos de funcionamento enquanto a de Imbirussu é a mais nova, com 1 ano no momento das entrevistas. Os cooperados mais antigos encontrados na unidade Imbirussu transferiram suas contas de outra unidade.

Os associados pesquisados nas unidades de atendimento do SICREDI em Campo Grande/MS são predominantemente pessoas físicas, com forte presença de servidores públicos, empresários e prestadores de serviços e similares. Eles encontram-se essencialmente na faixa etária entre 40 e 60 anos e formação superior ou acima. Na média, o tempo de participação no SICREDI é de 6 anos.

4.2 Participação dos membros no SICREDI

Nessa etapa são avaliados os diferentes níveis de participação dos sócios do SICREDI nas unidades pesquisadas. A maioria dos associados entrevistados não se sente dono do SICREDI (Figura 8). Eles justificam esse sentimento por entenderem que não participam do processo de tomada de decisões dentro da cooperativa. Essa constatação pode refletir na participação dos associados em reuniões, assembleias e demais eventos da cooperativa, ou seja, não havendo a percepção de ser dono, dificilmente eles estarão comprometidos com os acontecimentos dentro da cooperativa.

Os associados que se sentem donos do SICREDI representam 37,23% do total dos entrevistados. Estes relataram que esse sentimento se dá em função do atendimento recebido e pela possibilidade de reclamar quando não concordam com as decisões da cooperativa, ou quando possuem sugestões de melhoria. É possível concluir que o sentimento de dono está ligado ao atendimento das necessidades individuais. Essa conclusão diverge dos conceitos de participação e cooperação, conforme reforça Grassi (2007), para quem a cooperação tem por objetivo o interesse comum e não individual.

As unidades Júlio de Castilho, Empresarial e UFMS apresentaram o maior percentual de associados com sentimento de dono, as duas primeiras pelo fato de ofertarem um bom atendimento aos associados e a unidade UFMS por possibilitar maior participação na gestão, tais justificativas foram informadas pelos entrevistados. Os associados dessa unidade destacaram que suas opiniões são levadas em consideração e que eles conseguem participar do processo de tomada de decisão dentro da cooperativa.

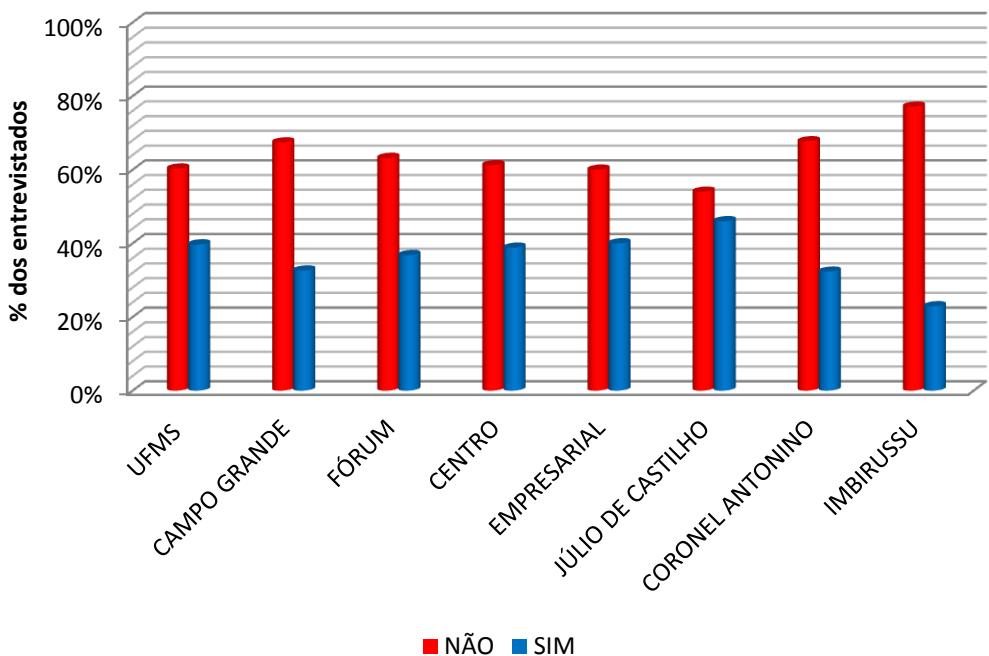


Figura 8: Percentagem dos associados que se sentem ou não donos do SICREDI, nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Conforme apresentado anteriormente, Figura 4, a unidade UFMS destaca-se pela homogeneidade de profissões entre os associados entrevistados. Essa homogeneidade pode facilitar a coesão dos sócios, com maior sentimento de pertença e boa participação em palestras ou treinamentos promovidos pela cooperativa. Nessa unidade, 82% dos entrevistados têm mais de 5 anos como associado do SICREDI. Na unidade Fórum, apesar da homogeneidade de profissão, a participação nesses eventos foi baixa, podendo ser justificado pelo fato de 56% dos associados estarem associados há menos de 5 anos.

Ao avaliar todas as unidades, constata-se que apenas 24,58% dos entrevistados participaram de palestras e treinamentos organizados pela cooperativa, considerando que nenhum deles relatou nunca ter sido convidado. A baixa participação confirma a afirmação de Cardoso (1985), para quem a nossa sociedade quer saber muito pouco e se satisfaz com pouco.

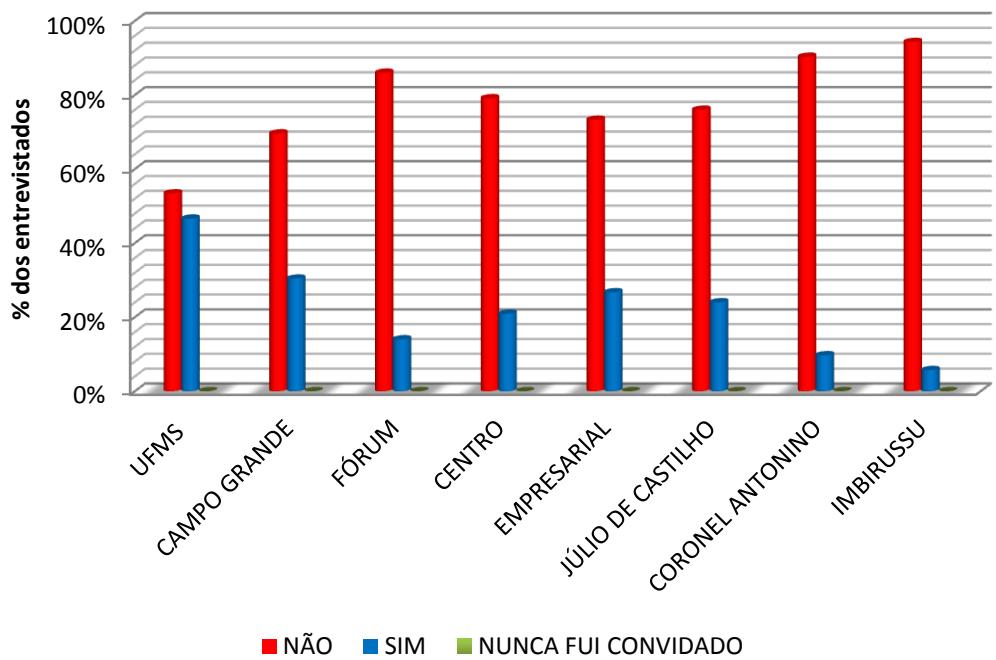


Figura 9: Associados que participaram de alguma palestra ou treinamento nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

As unidades UFMS, Fórum e Centro, conforme apresentado na Figura 10, têm maior proporção de sócios que declararam ler os informativos da cooperativa. Essa situação pode se explicar pelo nível de escolaridade dos sócios e pelas profissões encontradas nessas unidades.

A leitura de informativos, por ser mais fácil, é muito mais frequente que a participação em palestras ou treinamento e é o principal canal de comunicação da cooperativa com seus sócios.

Os informativos podem ser um canal de comunicação da cooperativa com os associados. A maioria deles tem acesso aos informativos dentro das unidades, mas, nem todos os sócios vão às unidades. Nesse caso seria necessário criar outros canais de distribuição.

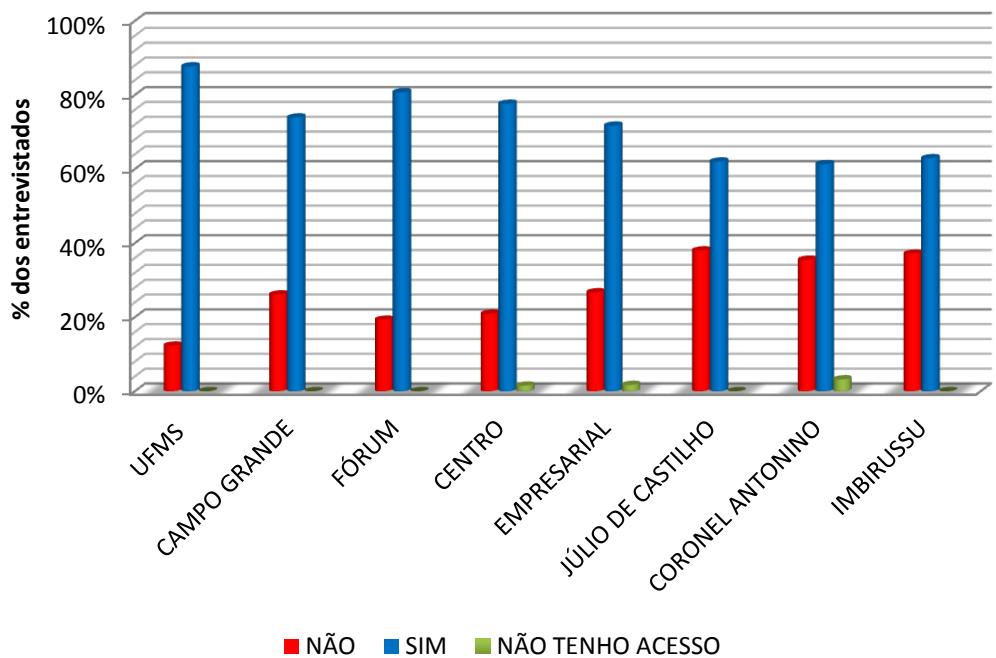


Figura 10: Associados que realizam a leitura dos informativos nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A unidade Fórum apresentou o maior percentual de associados que acessam as informações econômicas e financeiras, o que se justifica pelo perfil destes.

Nas unidades Empresarial, Júlio de Castilho e Coronel Antonino foi encontrada forte presença de empresários, conforme Figura 4. Essa presença poderia refletir em maior exigência de acesso a informações, o que não se confirmou na pesquisa, apesar das unidades Empresarial e Júlio de Castilho apresentarem grande proporção de sócios que declararam ser dono do SICREDI. Nessas unidades, alguns cooperados dizem se sentirem donos, mas afirmam também não ter acesso as informações econômicas e financeiras.

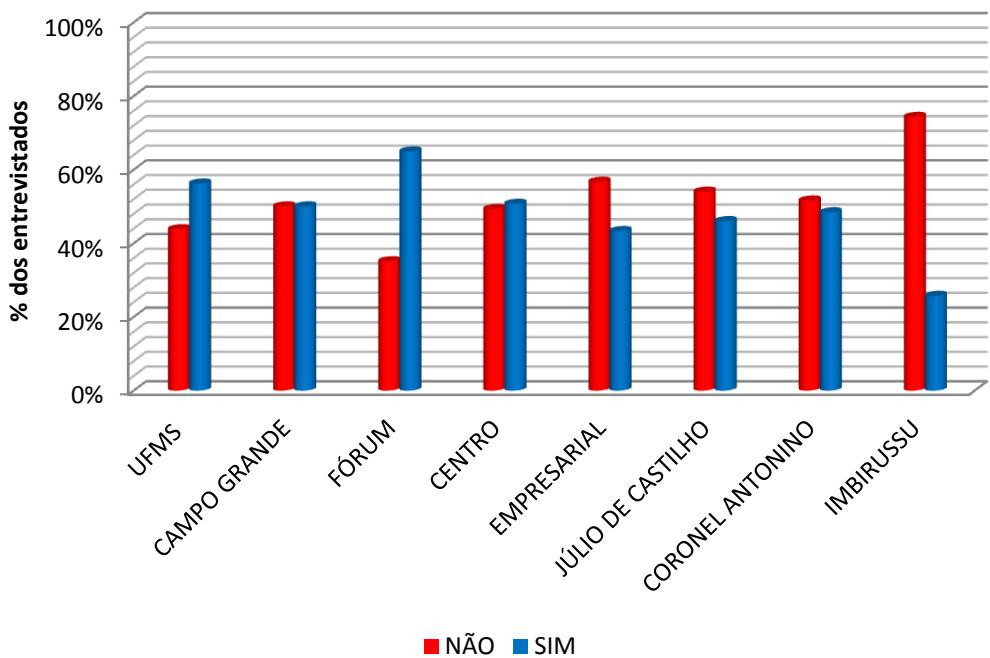


Figura 11: Associados que dizem ter acesso as informações econômicas e financeiras nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A Figura 12 apresenta que as unidades Campo Grande e UFMS contam com os associados com maior participação nas reuniões promovidas pela cooperativa. No entanto, em todas as unidades a maioria dos associados não participa dessas reuniões.

A unidade de Campo Grande é a única com metade dos sócios participando em pelo menos 25% das reuniões. Essa maior frequência pode ser explicada pela localização da agência, reconhecida por muitos sócios como a de maior visibilidade dentro da cidade.

A unidade Imbirussu é aquela com maior proporção de pessoas que não participam, o que é justificado pelo perfil de profissões encontradas na Figura 4 e pelo pouco tempo de funcionamento desta agência.

As unidades com maior participação são aquelas que estão em funcionamento há mais tempo. A importância do tempo de funcionamento foi explicado por Demo (1988) que afirma que a participação é um processo de conquista que acontece ao longo do tempo, assim, os sócios exercem essa participação com mais frequência ao conhecer o funcionamento da cooperativa.

Apesar da importância do tempo no envolvimento dos associados, foram identificados alguns deles nas unidades mais antigas que se disseram desmotivados a continuar

participando. Essa desmotivação é preocupante e o SICREDI deverá estar atento para não perder essas pessoas dentro do processo de participação efetiva na cooperativa.

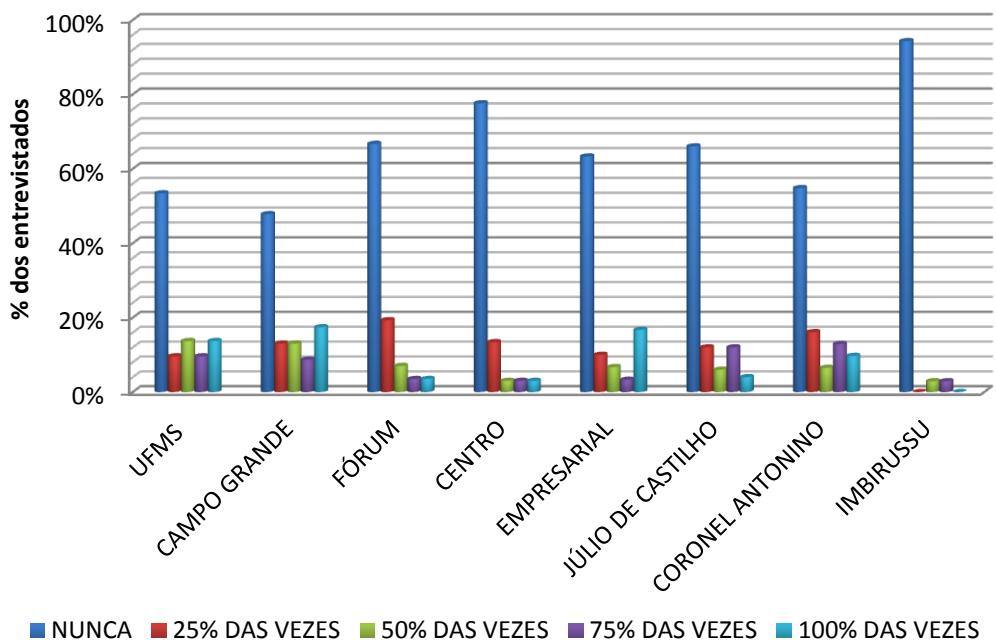


Figura 12: Frequência de participação nas reuniões das unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Aproximadamente 19% dos entrevistados de todas as unidades participaram da Assembleia Geral de 2012. As unidades Campo Grande e Coronel Antonino tiveram maior participação nessa Assembleia. Mesmo assim, a participação se restringiu a aproximadamente 30% dos sócios entrevistados (Figura 13). Outras duas unidades tiveram participação acima de 20%, UFMS e Empresarial. Essa participação pode ser explicada pela mobilização que a cooperativa promove para conseguir maior número de participantes na Assembleia Geral, considerando este o evento mais importante do ano para as cooperativas de crédito.

A unidade Imbirussu, quando foi realizada a Assembleia de 2012, havia inaugurado há 15 dias e a maioria dos entrevistados não era associada na época.

Em 2012 o sistema SICREDI estava com 2.263.132 associados e 9,72% desse público participaram das assembleias gerais, ou seja, 220.031 cooperados foram responsáveis pela tomada de decisão de mais de 2 milhões de associados (SICREDI, 2013). Esses números

confirmam a baixa participação dos sócios no sistema de decisão da cooperativa, baixa participação não apenas local, mas em nível nacional.

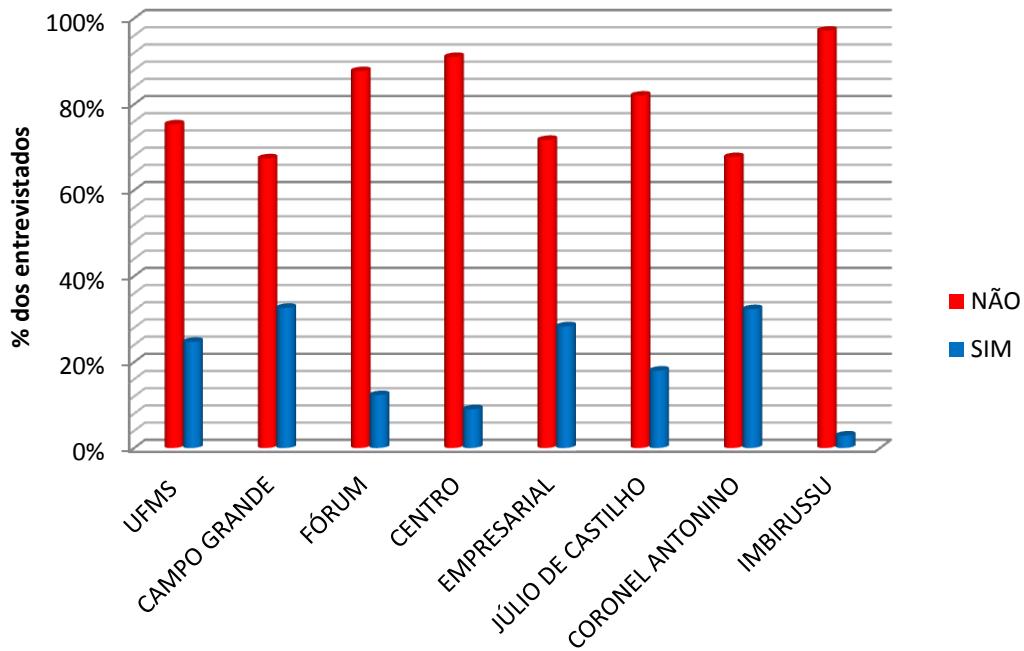


Figura 13: Participação na assembleia geral de 2012 nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Nas unidades UFMS, Campo Grande e Coronel Antonino foi encontrado o maior grupo de associados com alta frequência de participação nas assembleias gerais anuais (Figura 14). As duas primeiras unidades são as mais antigas e a unidade de Coronel Antonino conseguiu grande transferência de associados de unidades mais velhas.

A participação nas unidades Fórum e Centro foi menor que o esperado, apesar do tempo de funcionamento. No caso da unidade Fórum essa baixa participação pode talvez ser explicada pela característica de seu público, que busca manter-se informado sobre a cooperativa mas, não tem participação efetiva e frequente nas reuniões e assembleias.

Entende-se que quanto mais assembleias o cooperado participar, maior será sua consciência sobre a importância na tomada de decisão dentro da cooperativa. Afinal, conforme destacado no item 2.1.4.1 que trata da legislação cooperativista brasileira, a Assembleia Geral é o órgão supremo da sociedade cooperativa, dentro dos limites legais e estatutários.

É preocupante o alto índice de sócios que nunca participaram das assembleias gerais, principalmente nas unidades mais antigas.

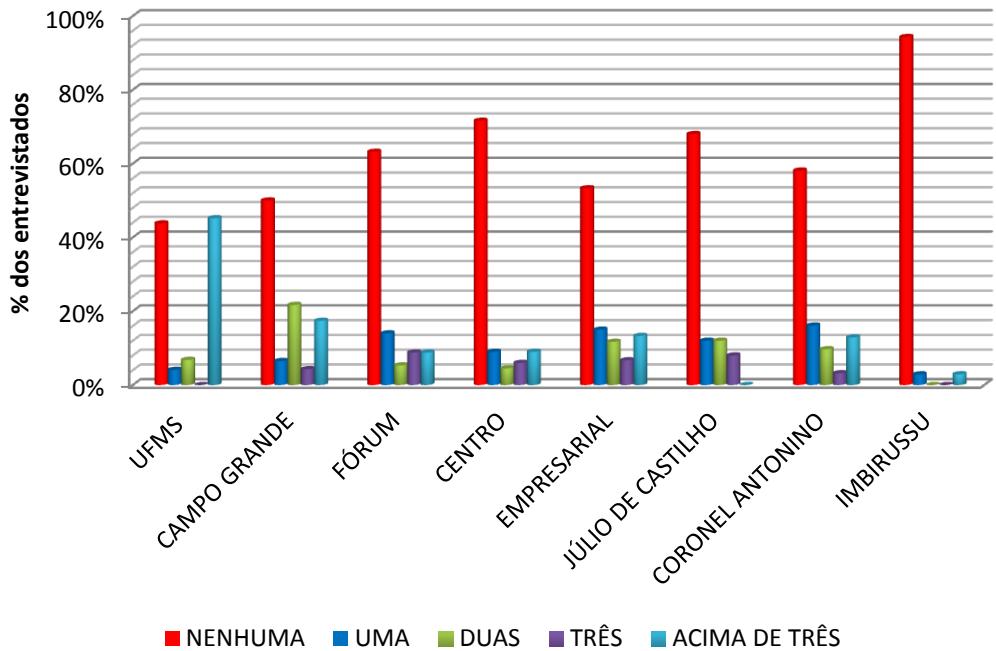


Figura 14: Quantidade de assembleias gerais ao qual participaram os sócios entrevistados, desde a adesão como associado, nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Os associados afirmaram na pesquisa que ao conhecer os dirigentes ficam mais entusiasmados e confiantes na cooperativa, pois sabem que podem ir até essas pessoas e fazer exigências, buscar melhorias e relatar suas necessidades. Essa percepção foi identificada principalmente na unidade UFMS, Figura 15, que traduziu o sentimento de propriedade como algo decorrente da participação na gestão.

Do total de entrevistados, 49% indicaram conhecer ao menos um dirigente da cooperativa. É possível estimar que o associado que conhece um dos diretores pode ser considerado como alguém que buscou informações e, consequentemente, tem maior probabilidade de participar mais ativamente da cooperativa. O conhecimento dos dirigentes pode gerar maior identidade dos sócios com a cooperativa, refletindo no sentimento de pertence, de propriedade.

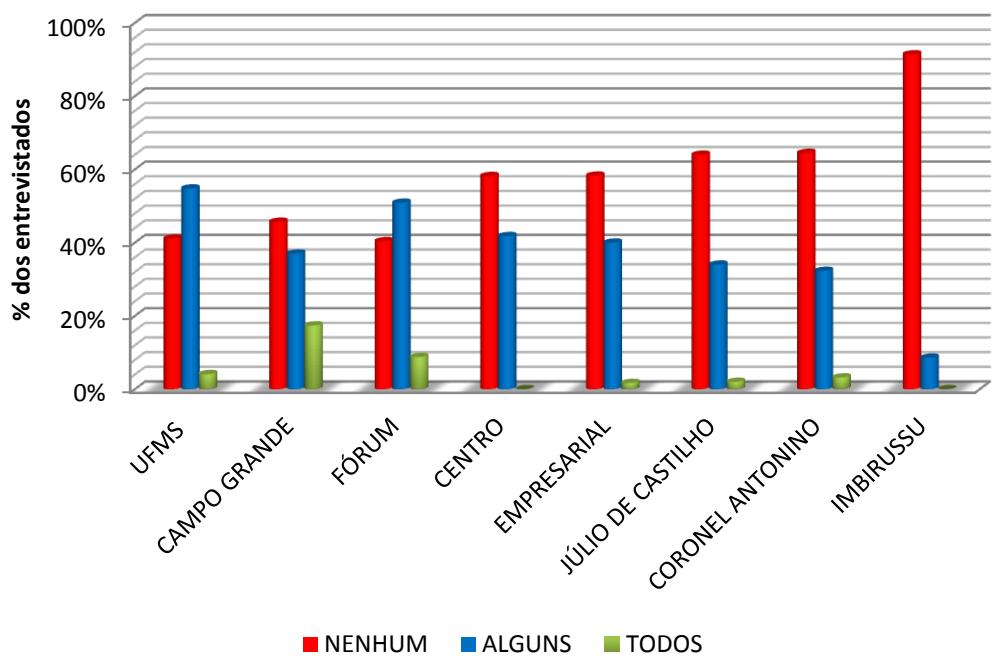


Figura 15: Conhecimento dos dirigentes da cooperativa (diretoria executiva, conselho de administração e conselho fiscal) pelos associados entrevistados, nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Cerca de 12% dos cooperados indicaram discutir sobre a eleição dos dirigentes. Essa baixa preocupação preocupa, principalmente no aspecto de renovação dos gestores da cooperativa e na qualidade dos gestores eleitos (Figura 16). Essa situação pode ocorrer devido a participação fraca dos associados na cooperativa. Na unidade UFMS é possível perceber uma maior discussão entre os associados, algo decorrente de maior participação dos associados desta agência. Mesmo assim, a percentagem de pessoas envolvidas é muito reduzida.

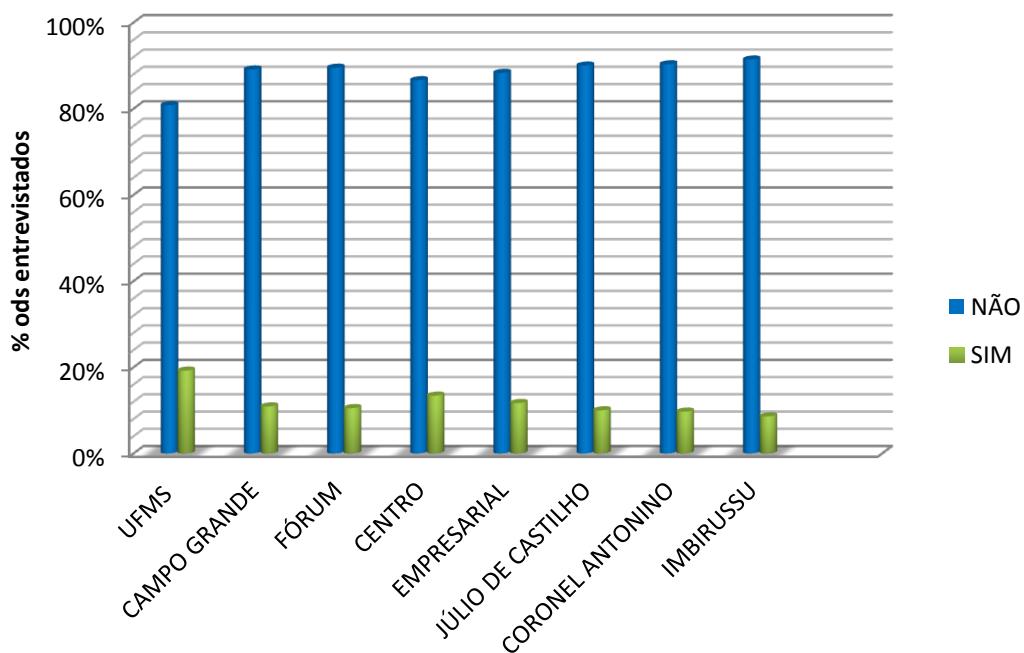


Figura 16: Proporção dos associados entrevistados que discutem com outros membros sobre a eleição dos dirigentes, nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A síntese dos resultados sobre a participação dos cooperados no SICREDI indica que 37,23% consideram-se donos da cooperativa, 24,58% já participaram de alguma palestra ou treinamento promovido pelo SICREDI, 19% dos entrevistados participaram da Assembleia Geral de 2012, 49% conhecem ao menos um dirigente da cooperativa e 12% discutem sobre a eleição dos dirigentes. Esses dados referem-se ao total das unidades de atendimento pesquisadas.

Esses resultados indicam uma participação relativamente baixa nos itens mais importantes para a Gestão Coletiva da cooperativa, como a participação em palestras e na Assembleia Geral e o envolvimento na seleção dos dirigentes. Para complementar essa pesquisa é necessário entender melhor quais são as variáveis que podem influenciar a participação, análise tratada no item seguinte.

4.3 Fatores que influenciam a participação dos sócios do SICREDI

A análise dos fatores que influenciam a participação dos sócios do SICREDI foi dividida entre os aspectos ligados as características gerais dos cooperados, como idade, formação, atividade e os aspectos ligados ao funcionamento da cooperativa e aos benefícios percebidos pelos associados.

4.3.1 Influência das características dos sócios

A participação dos sócios nas unidades do SICREDI foi dividida em 4 níveis, sem participação, com participação fraca (se sentem donos do SICREDI, participação em algumas palestras e leitura de alguns informativos), participação moderada (igual a participação fraca, com a adição de participação em algumas reuniões e Assembleias Gerais) e participação forte (igual a participação moderada, com maior participação em reuniões e assembleias gerais e conhecimento de pelo menos um dirigente).

Conforme resultados apresentados na Tabela 7, o menor nível de participação na cooperativa foi encontrado nas unidades Imbirussu e Empresarial, seguidas de Júlio de Castilho. Algumas unidades possuem um bom nível de participação, porém, sem muita frequência ou envolvimento nas decisões da cooperativa, é o caso das unidades Fórum, Centro e Coronel Antonino.

O maior nível de participação encontrado foi nas unidades UFMS e Campo Grande, onde os associados participam frequentemente das reuniões e assembleias, realizam a leitura dos informativos, conhecem os dirigentes e estão por dentro dos números da cooperativa.

Tabela 7: Nível de participação dos associados, nas unidades do SICREDI de Campo Grande.

Nível de Participação	UFMS	Campo Grande	Fórum	Centro	Empresarial	Júlio de Castilho	Coronel Antonino	Imbirussu
Sem participação	8,2	19,6	10,5	11,9	21,7	14,0	22,6	25,7
Participação fraca	31,5	21,7	29,8	43,3	30,0	50,0	25,8	65,7
Participação moderada	13,7	15,2	33,3	25,4	16,7	10,0	22,6	2,9
Participação forte	46,6	43,5	26,3	19,4	31,7	26,0	29,0	5,7

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A partir da classificação dos sócios por nível de participação (sem participação, fraca, moderada e forte) foi realizada a análise das variáveis de caracterização dos sócios com influência sobre essa participação.

O teste de Shapiro Wilk permitiu identificar a ausência de distribuição normal em todas as variáveis utilizadas (ADDINSOFT, 2011). A partir desse resultado foi realizada uma análise não paramétrica, com o teste de Kruskal-Wallis, um substituto a ANOVA no caso de ausência de distribuição normal (ADDINSOFT, 2011). O grau de significância utilizado foi de 5%. Os resultados obtidos foram:

- Idade: influência significativa;
- Região de nascimento: sem influência;
- Tempo de residência em Campo Grande: sem influência;
- Tipo de associado: sem influência;
- Formação: influência significativa;
- Renda: influência significativa.

A renda tem grande influência na participação dos sócios na vida da cooperativa, conforme apresentado na Tabela 8. Associados com maior nível de renda percebem que sua participação é importante na cooperativa. Entretanto, associados com renda alta também apresentaram uma quantidade significativa na participação fraca, necessária trabalhar essas pessoas para aumentar o nível de participação.

Tabela 8: Influência da renda na participação dos sócios entrevistados na gestão das agencias do SICREDI pesquisadas.

Renda	Sem participação	Participação fraca	Participação moderada	Participação alta
1 Salário	21,7	2,9	0,0	0,8
1 a 2 Salários	21,7	21,3	6,2	5,7
2 a 5 Salários	28,3	35,3	36,9	34,4
> 5 Salários	28,3	40,4	56,9	59,0

Fonte: Dados de pesquisa (2013).

A faixa etária de maior participação na vida da cooperativa está localizada entre 40 e 60 anos (Tabela 9). Nessa idade, os indivíduos estão no auge de suas atividades profissionais, com alto rendimento e com disponibilidade de tempo para dedicar-se a outras atividades. Essa faixa etária representa também a maioria dos associados do SICREDI. Não foi encontrada muita participação de aposentados, talvez por representarem uma percentagem pequena dos sócios. Os jovens e a faixa etária entre 25 e 40 anos também não participam muito das

atividades da cooperativa, provavelmente em função de representar uma percentagem menor de sócios.

Tabela 9: Influência da idade na participação dos sócios entrevistados na gestão das agencias do SICREDI pesquisadas.

Idade	Sem participação	Participação fraca	Participação moderada	Participação alta
0-25	15,4	3,3	7,9	2,4
25-40	36,9	35,9	31,6	20,8
40-60	46,2	47,1	48,7	66,4
>60	1,5	13,7	11,8	10,4

Fonte: Dados de pesquisa (2013).

A Figura 17 confirma a importância da disponibilidade de tempo para participar das atividades da cooperativa. A falta de tempo foi considerada pelas pessoas entrevistadas como o principal motivo para a não participação na cooperativa. Apenas 10% dos interessados não mostraram interesse, o que indica um grande potencial de aumento na participação. Para isso, a cooperativa deverá melhorar a divulgação dos convites e realizar reuniões em horários mais favoráveis a participação dos associados, tais como fora dos horários de trabalho.

Todavia, a justificativa de falta de tempo pode servir como desculpa para a falta de interesse em participar, afinal, quando não fazemos algo, alegamos que não temos tempo. Nesse caso, fica preocupante a situação da baixa participação, afinal somados a falta de interesse e a falta de tempo, teremos 60% sem interesse em participar.

Outra variável importante é os sócios que dizem não ter dificuldades em participar, mas então por que não participam.

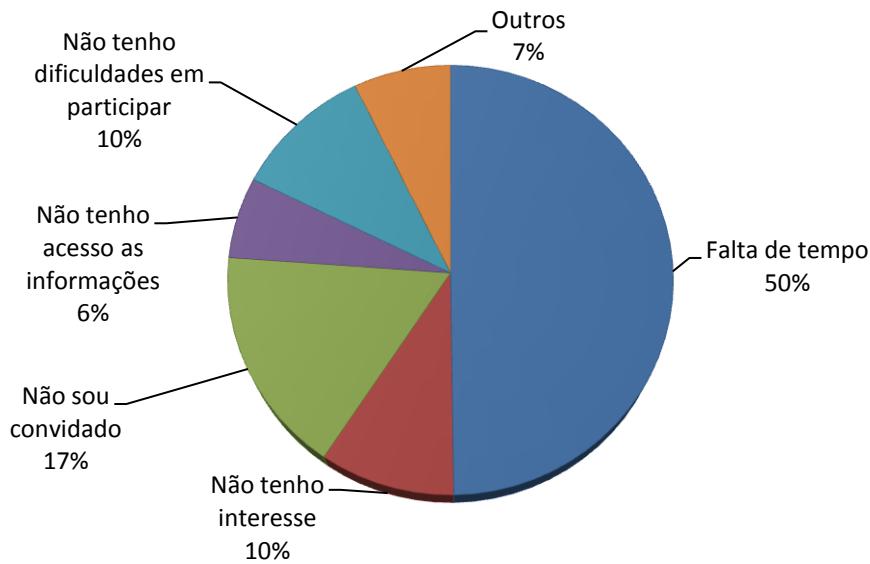


Figura 17: Motivos que dificultam a participação nas reuniões da cooperativa, nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A Tabela 10 confirma o impacto da educação sobre a participação, resultado similar aquele obtido com a renda. O aumento do nível de escolaridade melhora a participação dos associados nas atividades da cooperativa.

Tabela 10: Influência da escolaridade na participação dos sócios entrevistados na gestão das agencias do SICREDI pesquisadas.

Educação	Sem participação	Participação fraca	Participação moderada	Participação alta
Não tem formação	0,0	0,7	0,0	0,0
Ensino Fundamental	26,2	16,3	13,2	5,6
Ensino Médio	32,3	36,6	31,6	32,8
Ensino Superior ou acima	41,5	46,4	55,3	61,6

Fonte: Dados de pesquisa (2013).

A pesquisa identificou a importância da formação escolar e da renda para a participação nas atividades da cooperativa. No entanto, essa participação pode também ter um custo para os cooperados, custo não necessariamente monetária, mas ligado, muitas vezes, ao fato de sacrificar horas de lazer ou de descanso com a família (Figura 18). Esse custo se traduz pela indicação na Figura 17 da falta de tempo como principal desculpa pela não participação nas atividades da cooperativa.

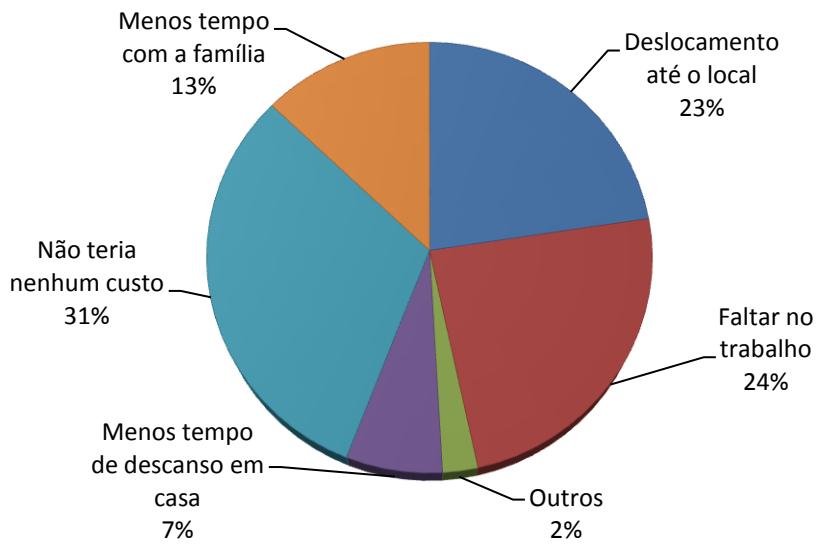


Figura 18: Custos para acompanhar as atividades da cooperativa, nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados de pesquisa (2013).

As dificuldades de participação podem influenciar no envolvimento dos associados. A cooperativa precisa trabalhar com ferramentas e mecanismos que possibilitem maior acesso nas reuniões e demais eventos promovidos. Deve também melhorar a eficiência das atividades, com minimização do tempo necessário para participar das atividades e realização dos eventos fora dos horários de trabalho.

Após a apresentação das variáveis ligadas as características dos sócios o próximo item aborda a influência dos aspectos ligados ao funcionamento da cooperativa.

4.3.2 Aspectos ligados ao funcionamento da cooperativa

A análise da influência do funcionamento da cooperativa foi realizada a partir de três variáveis, a percepção dos sócios sobre a existência de benefícios na cooperativa, a importância do SICREDI para os sócios e o impacto do SICREDI. Foi avaliado o nível de percepção dos associados quanto a estes três conceitos.

4.3.2.1 Percepção dos sócios sobre a existência de benefícios na cooperativa

Na concepção de Vilpoux e Oliveira (2011), ao me associar a outro meu ganho futuro deverá ser maior que se eu ficasse sozinho. Assim, os associados que percebem que a cooperativa gera ganhos para eles terão maior interesse em participar.

Por outro lado, existem associados que enxergam a cooperativa apenas como mais um “banco”, onde qualquer diferença em taxas, ou distribuição de perdas, justifica a troca de banco. Conforme destacado por Mendes (2010), apesar de importante, a participação social nas cooperativas é pouco incentivada e restringe-se a participação econômica. A percepção do ganho ou perda reflete no nível de participação dos membros.

A Figura 19 apresenta os principais motivos para as pessoas trabalharem com o SICREDI. A partir dos resultados obtidos, fica claro a importância do atendimento e das tarifas e taxas e a pouca relevância dos aspectos ligados a cooperativa (relacionamento entre sócios, distribuição de sobras e, principalmente, participação na gestão). Esses resultados demonstram uma visão mais individualista ao invés de coletiva e também muito voltando para os aspectos econômicos da cooperativa.

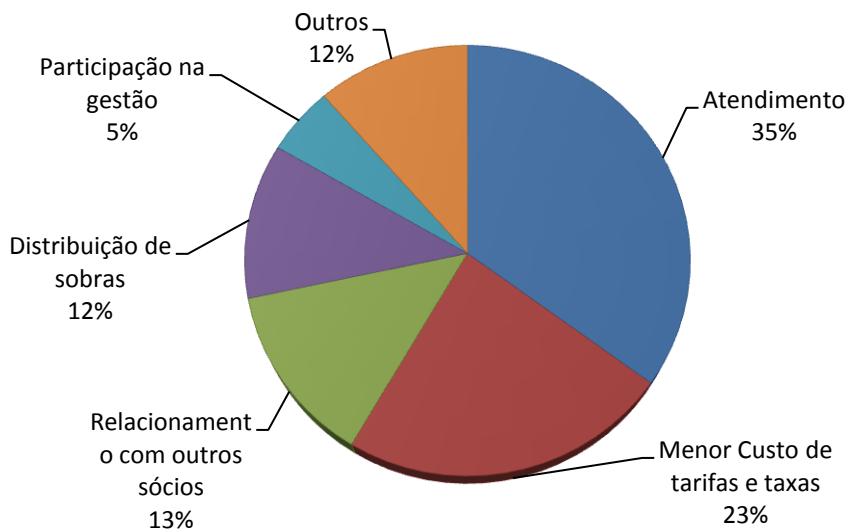


Figura 19: Principais motivos para trabalhar com o SICREDI nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Em todas as unidades, a pesquisa apresentou uma avaliação altamente positiva em relação a percepção do diferencial nas taxas oferecidas aos associados nas operações de empréstimos e aplicações oferecidas pela cooperativa (Figura 20). As unidades UFMS e Centro tiveram o maior percentual de opinião favorável, com respectivamente 85 e 80%.

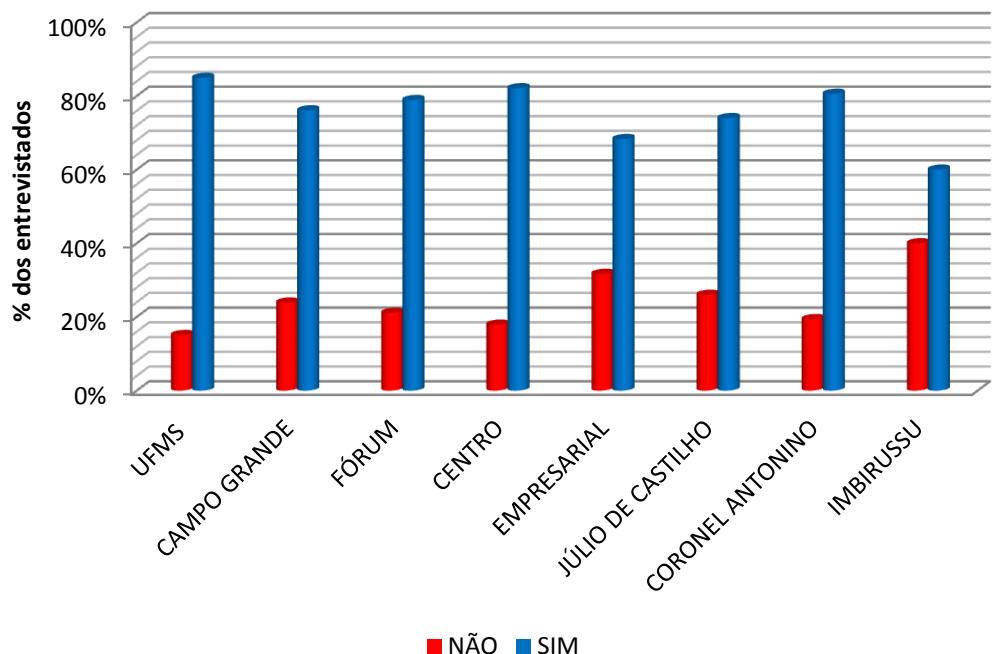


Figura 20: Associados que acreditam que o SICREDI trabalha com taxas diferenciadas para empréstimos e aplicações, nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Em todas as unidades os associados acreditam que o SICREDI facilita o acesso ao crédito, com percentagens entre 75 e 89%. A maior percentagem está na unidade Imbirussu. Percebe-se que os sócios não relacionam juros com facilidade de acesso, pois a Figura 21 indicou que os associados da Imbirussu eram os que menos acreditavam no oferecimento de um diferencial de taxa de juros no SICREDI.

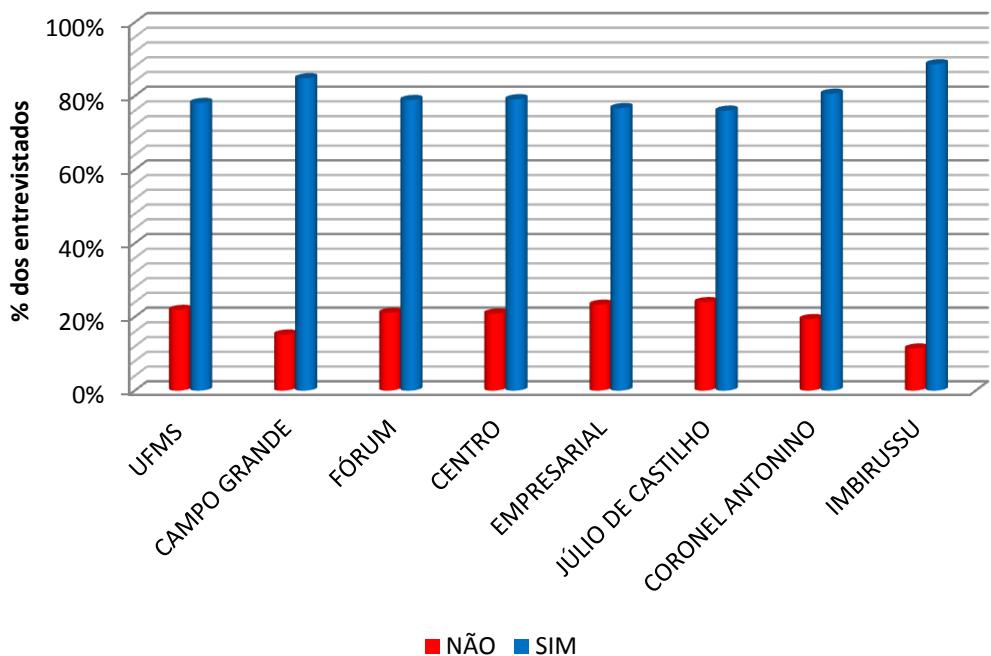


Figura 21: Associados que acreditam que o SICREDI facilita o acesso ao crédito, nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Nota-se na Figura 22 que a percepção de recebimento das sobras/lucro está bastante diferente entre as unidades. A unidade Imbirussu não serve de parâmetro de análise, considerando que ela inaugurou em abril de 2012 e que contava com poucos associados quando foi realizada a distribuição das sobras. Vale ressaltar que a pesquisa foi aplicada antes da distribuição das sobras do ano de 2013.

Conforme informado pelo SICREDI, em 2012 houve distribuição de sobras/lucro em todas as unidades. Entretanto, nota-se uma baixa percepção sobre o recebimento desses valores em várias delas. As agências onde os sócios entrevistados tiveram melhor percepção foram UFMS e Campo Grande, seguidas de Centro e Fórum, todas com mais de 50%, assim mesmo esse é baixo, afinal, trata-se de um dos maiores diferenciais das cooperativas de crédito em relação aos bancos, e os sócios muitas vezes desconhecem esse benefício.

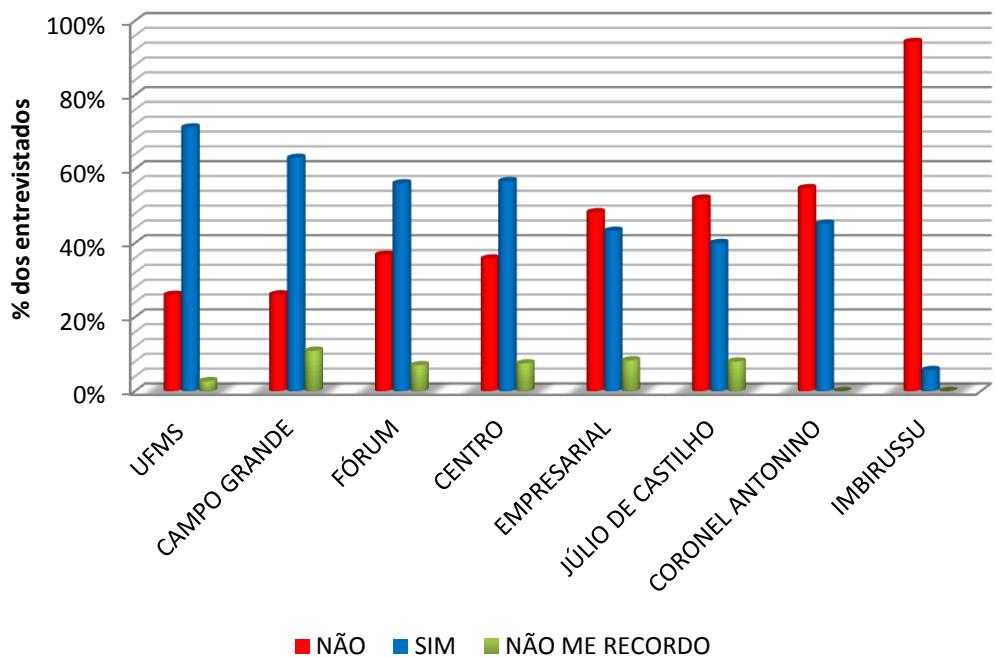


Figura 22: Associados que disseram ter recebido sobras/lucro, nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

O nível de percepção dos sócios sobre a existência de benefícios na cooperativa foi avaliado a partir do recebimento de taxas diferenciadas, facilidade de acesso ao crédito e recepção de lucro/sobra. Foram formados 4 grupos: muito baixo (com percepção negativa para todas as variáveis), fraco (com percepção negativa para 2 variáveis), moderado (com percepção negativa para 1 variável) e forte (com percepção positiva para todas as variáveis).

A unidade UFMS apresentou o melhor nível de percepção (Tabela 11). Essa unidade está também entre aquelas com maior nível de participação. As unidades Campo Grande, Fórum e Centro obtiveram um nível intermediário, enquanto o menor nível foi encontrado na unidade Imbirussu.

Tabela 11: Nível de percepção de benefícios, nas unidades do SICREDI de Campo Grande, em 2013 (resultados em % dos sócios entrevistados).

Nível de Percepção	UFMS	Campo Grande	Fórum	Centro	Empresarial	Júlio de Castilho	Coronel Antonino	Imbirussu
Muito baixo	3,4	2,5	10,1	3,2	13,0	8,7	7,5	9,0
Fraco	7,6	17,5	7,9	17,4	10,5	18,0	12,2	34,0
Moderado	36,5	34,6	37,5	38,6	48,0	50,0	48,5	50,5
Forte	52,5	45,4	44,5	40,8	28,5	23,3	31,8	6,5

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A partir dos resultados obtidos foi possível verificar a influência das características dos sócios sobre o nível de percepção de benefícios oferecidos pelo SICREDI. As variáveis avaliadas, a partir do teste de Kruskal-Wallis (ADDINSOFT, 2011) e os resultados obtidos foram:

- Idade: influência significativa;
- Região de nascimento: influência não significativa;
- Tempo em Campo Grande: influência não significativa;
- Tipo de associado: influência significativa;
- Tempo de associado: influência significativa;
- Formação escolar: influência significativa;
- Renda: influência significativa;

Exceto a região de nascimento e o tempo de residência em Campo Grande/MS, as demais características dos associados possuem influência significativa sobre o nível de percepção encontrado nas unidades do SICREDI em Campo Grande/MS.

Um dos fatores que influenciam significativamente essa percepção é o tempo de associado, talvez por possibilitar maior conhecimento das ações da cooperativa, seja por meio da leitura dos informativos, participação nas reuniões e outros eventos.

A renda e a formação escolar possuem também uma influência significativa. Com maior nível de formação escolar e renda as pessoas pesquisam mais as taxas de juros, negociam antes de fechar e participam mais dos eventos e reuniões promovidos pelas cooperativas.

A influência da percepção dos benefícios oferecidos pela cooperativa sobre a participação é muito clara (Tabela 12). As unidades com maior percepção são formadas por pessoas com maior participação, enquanto a baixa percepção foi identificada principalmente em unidades com baixa participação dos sócios.

Tabela 12: Percentagem de sócios por tipo de participação, para cada nível de percepção avaliada.

Participação dos sócios entrevistados	Nível de percepção			
	Muito	Fraco	Moderado	Forte
	baixo			
Sem participação	35,50	21,30	19,50	4,60
Participação fraca	35,50	47,50	44,80	22,90
Participação moderada	9,70	14,80	19,50	19,60
Participação alta	19,30	16,40	16,20	52,90

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

É possível estimar que a participação permite que os associados conheçam a cooperativa, suas taxas de juros, sua prática na concessão de empréstimos e financiamentos e também a política de distribuição das sobras/lucros.

Os resultados indicam que os níveis de renda e de formação dos cooperados possuem importância sobre a percepção e favorecem a participação na cooperativa. Em consequência, nas unidades com associados de nível de renda menor e formação mais baixa a cooperativa deverá fornecer um esforço maior para incentivar a participação dos sócios.

O próximo item apresenta a importância do SICREDI para os sócios e a influência das características dos sócios e do grau de participação.

4.3.2.2 A importância do SICREDI para os sócios

Esse item verifica o percentual de movimentação que realizam os cooperados dentro da cooperativa e o nível de fidelização de acordo com as taxas de juros praticadas. Essas variáveis foram consideradas como indicador da importância acordada pelos sócios entrevistados para a cooperativa.

Na primeira variável analisada, as unidades UFMS e Centro contam com os sócios que indicaram concentrar a maior percentual de suas movimentações financeiras no SICREDI. É

possível estimar que essa situação decorra da maior concentração de pessoas físicas nessas unidades.

Percebe-se que as unidades que trabalham mais com pessoas jurídicas, tais como as unidades Empresarial, Júlio de Castilho e Coronel Antonino, não têm a movimentação financeira de seus associados centralizada no SICREDI. Essa situação é peculiar às empresas, que muitas vezes não deixam a totalidade de suas movimentações financeiras em apenas uma instituição.

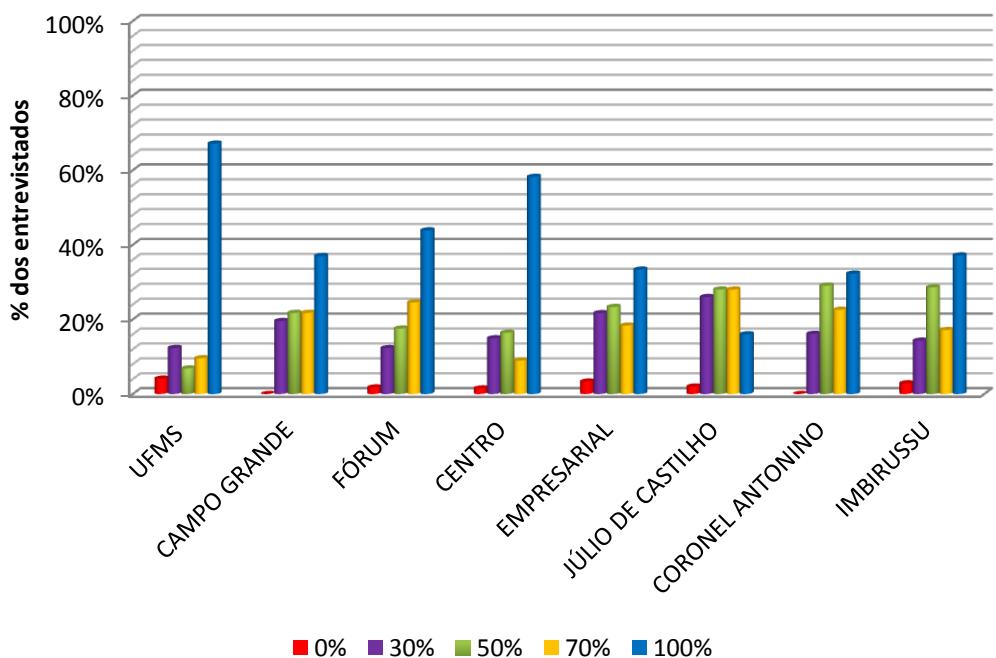


Figura 23: Percentual da movimentação financeira dos sócios entrevistados alocadas no SICREDI nas unidades de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A Figura 24 indica uma baixa fidelização dos sócios do SICREDI. Em empréstimos, ou financiamentos, no caso do SICREDI possuir uma taxa de juros superior aos outros bancos, à maioria dos entrevistados mudaria para este banco. A participação deixa as pessoas interessadas, reconhecendo as vantagens do SICREDI, mas não as fideliza.

A pesquisa de Silva Filho (2002) serve de base para analisar essa situação. Para ele, em caso de juros mais altos as cooperativas de crédito podem passar por dificuldades, principalmente se os cooperados visualizem apenas a relação econômica com a cooperativa.

Por evitar esse tipo de situação, a busca pela eficiência na gestão dos custos e na aplicação dos ativos deve ser constante nas cooperativas de crédito.

A diversificação das atividades, conforme indicado por Menegário (2000), também poderá auxiliar na manutenção do associado em suas relações econômicas com a cooperativa. Nesse caso, a falta de determinado produto ou serviço pode ser compensada com outros aspectos para manter o cooperado.

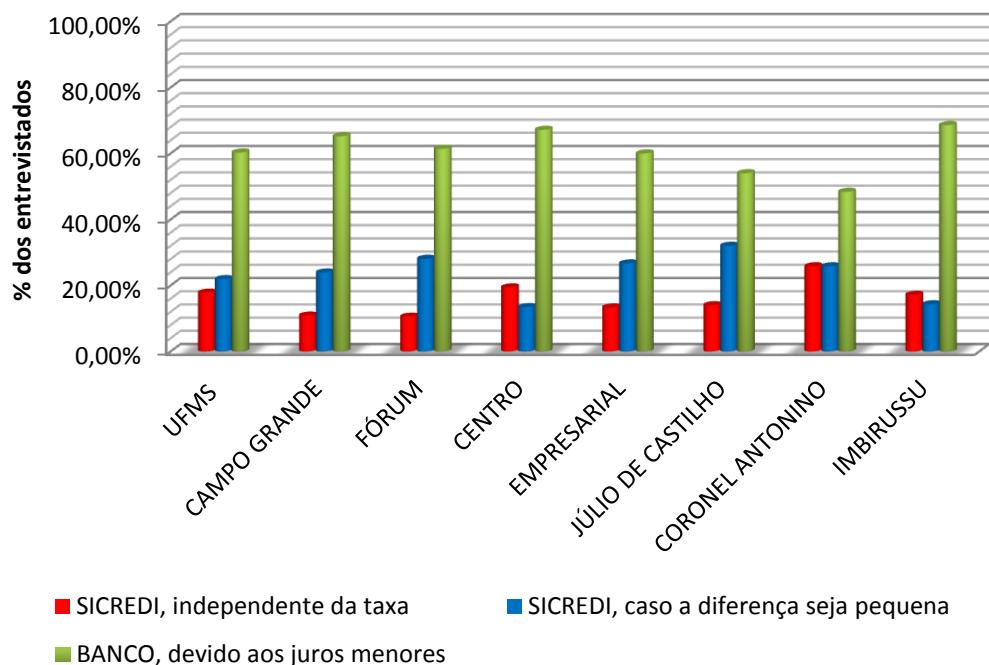


Figura 24: Decisão dos associados entrevistados nas unidades do SICREDI de Campo Grande, no caso da cooperativa possuir juros maiores em relação aos bancos.

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A avaliação da importância do SICREDI para os sócios foi realizada a partir do percentual de movimentação financeira na cooperativa e da fidelização dos sócios. Foram formados 3 grupos: baixa importância (resultados baixos para as 2 variáveis), importância moderada (resultado baixo para 1 variável) e importância elevada (resultados elevados para as 2 variáveis). Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 13.

Tabela 13: Importância do SICREDI para os sócios entrevistados, nas unidades do SICREDI de Campo Grande, em 2013 (resultados em % dos sócios entrevistados).

Importância	UFMS	Campo Grande	Fórum	Centro	Empresarial	Júlio de Castilho	Coronel Antonino	Imbirussu
Baixa	19,2	30,4	28,1	32,8	41,7	46,0	29,0	34,3
Moderada	68,5	63,0	63,2	47,8	50,0	50,0	54,8	60,0
Elevada	12,3	6,6	8,7	19,4	8,3	4,0	16,2	5,7

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Os associados entrevistados nas unidades UFMS, Centro e Coronel Antonino perceberam uma importância maior do SICREDI. Esses cooperados são em sua maioria assalariados e concentram sua movimentação em uma única instituição financeira. Essas unidades obtiveram um bom nível de participação dos cooperados, o que pode melhorar a fidelização dos cooperados.

De modo geral, a percentagem de associados que identificam o SICREDI como sendo de grande importância é inferior a 20%, com percentagens em torno de 5% nas agências Campo Grande, Júlio de Castilho e Imbirussu.

A partir do nível de importância do SICREDI para os sócios foi possível verificar a influência das características desses sócios sobre os resultados obtidos. As variáveis avaliadas, a partir do teste de Kruskal-Wallis (ADDINSOFT, 2011) e os resultados obtidos foram:

- Idade: influência não significativa
- Região de nascimento: influência não significativa
- Tempo em Campo Grande: influência não significativa
- Tipo de associado: influência não significativa
- Tempo de associado: influência significativa
- Formação escolar: influência significativa
- Renda: influência não significativa

Ao todo foram 240 sócios classificados com percebendo uma importância moderada para a cooperativa, 135 que consideram pouca importante a cooperativa e 45 classificados como considerando a cooperativa como muito importante.

Na percepção, o nível de educação e o tempo como sócio foram duas variáveis com influência significativa. No entanto, a renda dos entrevistados não indicou efeito significativo nas entrevistas realizadas.

Esses resultados indicam a importância para as cooperativas de associados fiéis, que permanecem mais tempo na cooperativa e com nível de educação mais alta.

Tabela 14: Percentagem de sócios por tipo de participação, para cada nível de importância do SICREDI avaliada, em 2013.

Participação dos sócios entrevistados	Importância do SICREDI para o sócio		
	Baixa	Moderada	Elevada
Sem participação	33,8	50,8	15,4
Participação fraca	36,6	54,2	9,2
Participação moderada	28,9	60,5	10,5
Participação alta	28,0	62,4	9,6

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A participação dos associados teve influência pouco significativa na percepção de importância do SICREDI. Esse resultado pode ser explicado pelo fato da maioria dos sócios terem sido classificados na categoria moderada, o que dificulta a análise estatística.

O próximo Capítulo apresenta os resultados do impacto do SICREDI para os sócios.

4.3.2.3 Impacto do SICREDI para os sócios

O nível de satisfação com os serviços prestados pelo SICREDI ultrapassa os 90%, com resultados similares entre as unidades pesquisadas (sócios satisfeitos ou muito satisfeitos na Figura 25).

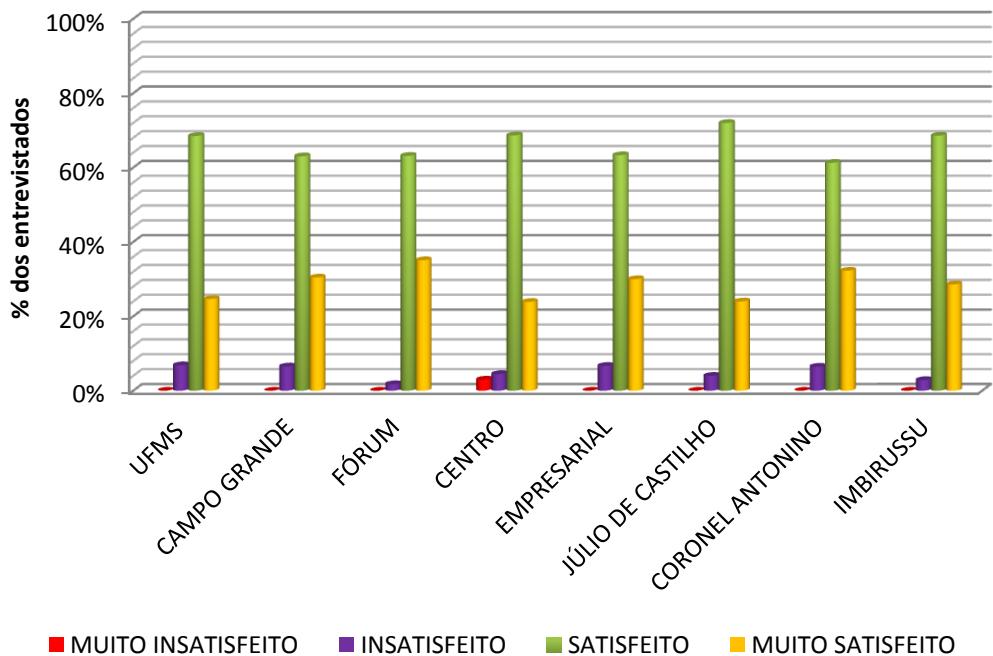


Figura 25: Nível de satisfação dos associados em relação aos serviços prestados nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Na avaliação da evolução da situação financeira dos associados após aderirem ao SICREDI (Figura 26), todas as unidades obtiveram resultados positivos, ficando todos os sócios entre igual e melhor.

A influência do SICREDI sobre essa variável é bastante difícil de estimar, pois uma evolução positiva da situação financeira pode ser explicada pela conjuntura econômica e não ter nada ver com a cooperativa. Mesmo assim, o fato de ter uma instituição financeira em que confiar pode reforçar a sensação de melhoria, o que explica a decisão de conservar essa variável na análise.

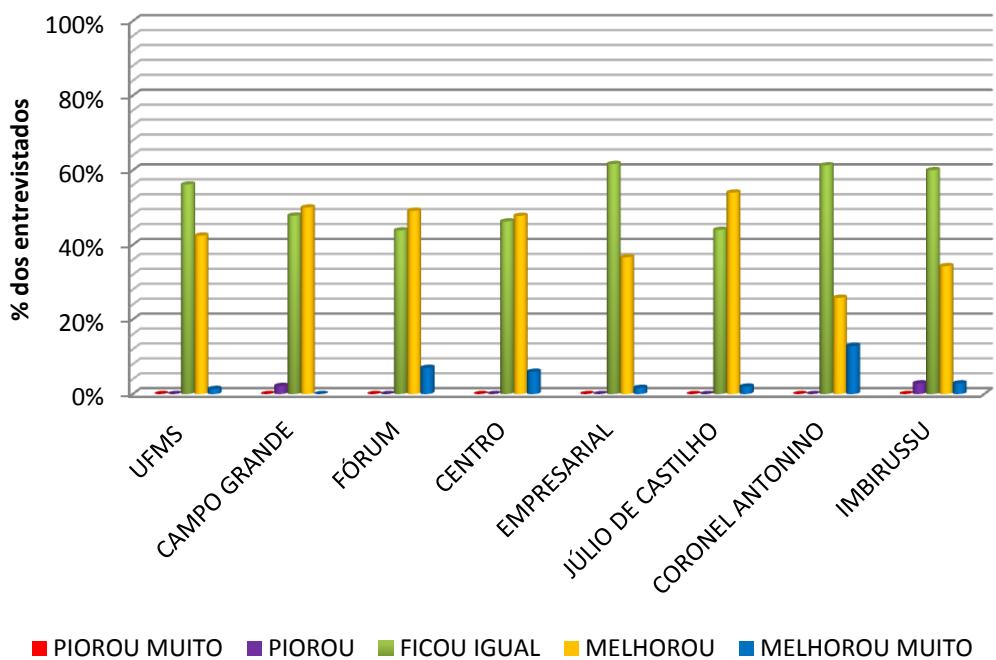


Figura 26: Evolução da situação financeira dos entrevistados após tornarem-se associados da cooperativa, nas unidades do SICREDI de Campo Grande (2013).

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

O impacto do SICREDI para os sócios foi avaliado a partir das duas variáveis citadas nesse item, o nível de satisfação de serviços prestados e a evolução da situação financeira dos sócios depois de integrar o SICREDI. Foram formados 4 grupos de impacto: muito baixo (avaliação de negativa a muito negativa nas duas variáveis), fraco (avaliação negativa a moderada nas duas variáveis), moderado (avaliação negativa a positiva nos nas duas variáveis) e forte (avaliação positiva a muito positiva nas duas variáveis). Os resultados obtidos foram similares entre todas as unidades pesquisadas, com maior concentração no grupo de impacto moderado (Tabela 15).

Tabela 15: Avaliação do impacto do SICREDI para os associados das unidades do SICREDI de Campo Grande, em 2013 (resultados em % dos sócios entrevistados).

Impacto do SICREDI	UFMS	Campo Grande	Fórum	Centro	Empresarial	Júlio de Castilho	Coronel Antonino	Imbirussu
Muito baixo	0,0	0,0	0,0	2,5	0,0	0,00	0,0	0,0
Fraco	7,3	7,0	1,0	3,5	7,8	3,0	7,0	5,0
Moderado	77,0	73,5	69,5	75,0	73,2	77,9	71,5	79,9
Forte	15,7	19,5	29,5	19,0	19,0	19,1	21,5	15,1

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A partir do nível de impacto do SICREDI para os sócios foi possível verificar a influência das características dos sócios sobre os resultados obtidos. As variáveis avaliadas, a partir do teste de Kruskal-Wallis (ADDINSOFT, 2011) mostraram-se todas não significativas. Esses resultados podem ser explicados pela grande concentração de associados classificados no grupo de avaliação moderada, com poucas pessoas nas categorias muito baixo e fraco.

Existe uma tendência da participação influenciar a avaliação do impacto da cooperativa (Tabela 16). Não entanto, não se pode afirmar que essa variável tem influência em função da má distribuição dos indivíduos nas diferentes categorias. Nota-se que 100% dos classificados na categoria muito baixo são sem participação, o que pode ser explicado pela baixa quantidade de pessoas nessa categoria.

Tabela 16: Percentagem de sócios por tipo de participação, para cada nível de impacto do SICREDI avaliado, em 2013.

Participação dos sócios entrevistados	Impacto do SICREDI para os sócios			
	Muito baixo	Fraco	Moderado	Forte
Sem participação	100,0	13,60	18,30	6,00
Participação fraca	0,0	40,90	35,60	37,30
Participação moderada	0,0	18,20	18,30	18,10
Participação alta	0,0	27,30	27,90	38,60

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Apesar dos resultados não serem significativos, a Tabela 16 mostra pequena influência da participação sobre o nível de impacto do SICREDI para os sócios. Assim, é possível considerar que o nível de impacto do SICREDI pode estar relacionado com a participação na cooperativa. Para verificar esse resultado seria necessária uma pesquisa com maior quantidade de sócios e a identificação de outras variáveis de avaliação da importância da cooperativa para os associados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi de analisar a participação dos sócios nas cooperativas de crédito de Campo Grande/MS, identificando os fatores que podem influenciar nessa participação e a percepção dos sócios em relação aos benefícios oferecidos pela cooperativa. A primeira reflexão proposta é sobre a capacidade das cooperativas e dos cooperados de colocar em prática os princípios universais do cooperativismo, principalmente o da Gestão Democrática. Não por falta de vontade ou interesse, mas, em decorrência do crescimento das cooperativas e principalmente da competitividade existente no mercado financeiro, esses princípios são pouco praticados nas cooperativas de crédito.

Na análise de Pinho (1986), as cooperativas têm caráter de associação e ao mesmo tempo de empresa que precisa gerar resultados. A partir dessa constatação surge certa dualidade no trabalho da cooperativa. Afinal, caso ela utilize demais os aspectos doutrinários do cooperativismo ela corre o risco de “quebrar” e caso ela apenas visualize os aspectos financeiros e econômicos ela perde a essência pela qual foi criada, exercendo papel de “banco”. Entretanto, acredito que os resultados econômicos podem sustentar e dar condições para que as cooperativas exerçam seu papel social, afinal de contas, o mercado não permite que as cooperativas se mantenham pequenas, ou seja, elas precisam crescer e assim utilizar essa força nas ações sociais.

O autor Pinho (1986) afirma que as cooperativas são um meio de inclusão econômica e social. Pode-se considerar que muitas vezes sim, como no caso de cooperativas de catadores, mas será que isso ocorre em cooperativas de crédito, empresas que são estruturadas de maneira muito parecida aos bancos, onde a movimentação financeira é o critério para distribuição das sobras/lucro.

O perfil dos associados entrevistados foi apresentado ao longo da pesquisa. Destaca-se uma participação maior nos sócios de faixa etária entre 40 e 60 anos, resultado que pode ser explicado pela maior representatividade de sócios nessa faixa e não significa um interesse menor dos correntistas de idade diferente.

É possível observar o papel da educação, da renda e do tempo de associado como as principais variáveis que influenciam a participação dos sócios. Investimentos na formação profissional e técnica dos associados, principalmente aqueles de menor formação, poderão facilitar a participação. Esse tipo de atividade poderá ser trabalhado na política de investimentos sociais da cooperativa.

A renda possui também forte influência e é fortemente interligada com a educação. Finalmente, um maior tempo como sócio permite aos associados serem informados sobre o funcionamento da cooperativa, a sistemática de participação nas assembleias e demais reuniões. Eles sabem quais eventos são mais relevantes e quais são mais voltados para a divulgação de informações da cooperativa.

Os resultados também permitem observar deficiências no trabalho das cooperativas quanto à participação de seus sócios com determinado perfil. Foi constatado um baixo envolvimento de jovens e pessoas mais velhas, de sócios com baixa escolaridade, renda menor e pouco tempo como sócio. Os associados com essas características apresentam menor nível de participação na cooperativa. Investimentos em educação, formação e informação poderão ser direcionados para esse público, na busca de atrair e possibilitar a participação de todos esses membros, com busca num maior equilíbrio entre as diferentes classes sociais e etárias.

A pesquisa identificou um número grande de associados com o desejo de participar, mas a alegação de falta de tempo ou de conhecimento acaba restringindo essa participação. Apenas 10% dos entrevistados não mostraram interesse em participar. Nesses casos, o SICREDI deverá flexibilizar os horários de realização das reuniões e assembleias, privilegiando uma agenda fora dos horários de trabalho, por exemplo. Por outro lado, a falta de tempo também pode ser interpretada como uma desculpa que demonstra falta de interesse, nesse caso, o resultado inverte, ou seja, teremos 60% sem interesse de participar (10% sem interesse e 50% falta de tempo), afinal, na maioria das vezes que não fazemos algo, a justificativa é a falta de tempo.

Essa baixo nível de participação encontrado na pesquisa também pode refletir que os assuntos que são discutidos ou apresentados nas reuniões e assembleias não geram interesse nos associados. Talvez seja importante, antes de colocar as ações em prática, fazer uma pesquisa com os associados sobre os assuntos que eles gostariam de discutir nos eventos da cooperativa, quais as dúvidas que existem ou necessidades que a cooperativa não esteja satisfazendo. Acontece que o importante para os diretores e conselheiros, muitas vezes não é importante para os associados. A falta de relacionamento entre os associados também descharacteriza o cooperativismo, afinal, o convívio social é uma das premissas para a existência da cooperação.

Outro aspecto analisado foi a percepção dos sócios em relação aos benefícios oferecidos pela cooperativa. Em resultados obtidos é possível afirmar que a maior

participação dos cooperados está relacionada a uma boa percepção dos benefícios ligados a essa participação. Nesse caso, ao SICREDI poderá empreender uma campanha de divulgação destinada a explicar melhor quais são esses benefícios.

É importante lembrar que a pesquisa aplicada nas unidades do SICREDI de Campo Grande/MS pode não refletir a situação em cooperativas de crédito de outros municípios do Mato Grosso do Sul, ou em outros estados da federação, onde as condições econômicas, sociais e culturais são diferentes. Em função disso seria importante comparar com unidades em outros municípios do estado ou de outros estados.

A pesquisa analisou o nível de participação dentro das cooperativas de crédito, os fatores que influenciam essa participação e a percepção dos benefícios oferecidos pela cooperativa. As informações descritas poderão servir de apoio ao sistema SICREDI e a outras cooperativas na elaboração de estratégias e ações que possam promover o crescimento sustentável e participativo do cooperativismo de crédito no Brasil.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Addinsoft. *Xlstast 2011*. Paris: Addinsoft SARL, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cooperativas de crédito:** história da evolução normativa no Brasil. BACEN. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf. Acesso em 14 set. 2011.

BIALOSKORSKI Neto, Sigismundo; NAGANO, Marcelo Seido; MORAES, Marcelo Botelho da Costa. **Eficiência econômica de cooperativas agropecuárias: um modelo de análise utilizando-se redes neurais.** Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2002.

BINDA, Nilson. **Democracia participativa e o agir comunicativo em cooperativas agrícolas.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **The forms of capital.** In: RICHARDSON, J. (Comp.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood, 1985.

BRASIL. **Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o conselho monetário nacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm. Acesso em: 15 set. 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A Democracia necessária.** Campinas: Papirus, 1985.

CENZI, Neri Luiz. **Cooperativismo:** desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DEEKE, Ricardo Tiago. **Dilemas em cooperativas de Santa Catarina:** estudo multicaso sobre conflitos entre princípios cooperativistas, pressões mercadológicas e político-

institucionais em duas singulares da UNIMED. Universidade do Vale do Itajaí. Programa de Mestrado Acadêmico em Administração. Biguaçu, 2008.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista:** noções de política social participativa. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1988.

DIAS, Dnilson Carlos. **Cooperação e desenvolvimento econômico:** quando o cooperativismo é vantajoso na visão da nova economia institucional. In: LUCENA, Andréa Freire; CARVALHO, Claudia Regina Rosal; VIEIRA, Nair de Moura (Org). *Cooperação e inclusão social*. Goiânia: PUC de Goiás, 2011.

FAVARIM, Eliane Aparecida; BATISTA, Alfredo Aparecido. *A participação dos cooperados no processo de desenvolvimento da Cooperativa Agroindustrial Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR*. Desenvolvimento em questão, Editora Unijuí, ano 11, N. 23, maio/ago. 2013.

FEBRABAN. **O que é um banco.** 2012. Disponível em: <http://www.febrabanopportunidades.com.br/oquee.asp>. Acesso em 20 nov. 2012.

FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas:** direito cooperativo. São Paulo: Saraiva, 1973.

GIDE, Charles. **O cooperativismo.** Brasília: Confebrás, 2008.

GRASSI, Robson Antonio. **Cooperação interfirms:** a necessidade da construção de uma “paradigma teórico”. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.28, n. 1, p. 41-78, jul. 2007.

GREDILHA, Adolpho. **Doutrina e prática do cooperativismo.** Porto Alegre: Cooperativa Central União Sul Brasileira Ltda, 1945.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LUCENA, Andréa Freire; DIAS, Dnilson Carlos; ESTRELA, Flávia Evangelista. **A nova economia institucional e as cooperativas:** questões teóricas e reflexões. In: LUCENA, Andréa Freire; CARVALHO, Claudia Regina Rosal; VIEIRA, Nair de Moura (Org). Cooperação e inclusão social. Goiânia: PUC de Goiás, 2011.

MARQUES, Heitor Romero *et al.* **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico.** Campo Grande: UCDB, 2008.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Revista Ibict.** Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.

MEINEN, Énio; DOMINGUES, Jefferson Nercolini; DOMINGUES, Jane Aparecida Stefanes (org). **Aspectos jurídicos do cooperativismo.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

_____. **Cooperativas de crédito no direito brasileiro.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

MEINEN, Énio; PORT, Márcio. **O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã.** Brasília: CONFEBRÁS, 2012.

MENDES, Mônica Martins. **Relação entre educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados: verdades incertas.** Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto, 2010.

MENEGÁRIO, Alexandre Hattnher. **Emprego de indicadores sócio-econômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias.** Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Dissertação de Mestrado. Piracicaba, 2000.

MENEZES, Antônio. **Nos rumos da cooperativa e do cooperativismo.** Brasília: Stilo, 2005.

MEURER, Simplício. **Desempenho da cooperativa versus expectativas e interesses dos associados do Sicoob/SC Creditapiranga.** Universidade do Vale do Itajaí. Dissertação de Mestrado. Biguaçu, 2006.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Conselho monetário nacional.** Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/orgaos/cmn/cmn.asp>. Acesso em: 26 nov. 2012.

MLADENATZ, G. **Histórico das doutrinas cooperativistas.** Trad.: José Carlos Castro; Maria da Graça Leal; Carlos Potiara Castro. Confebras: Brasília, 2003.

MONDADORE, Ana Paula Carletto. **Mondragón é aqui?** Cooperativismo e internacionalização. 2013. 138f. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais). Unicamp, Campinas.

MONTORO, André Franco. **Participação:** desenvolvimento com democracia. São Paulo: Nossa Editora, 1990.

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). **Ramos:** cooperativismo em toda parte. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/index.asp>. Acesso em 27 nov. 2011.

_____. **Ano internacional das cooperativas** (vídeo). Brasília, 2012. 130 seg.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Cooperativas constroem um mundo melhor** (vídeo). 2012. 120 seg.

PIACESKI, Enelde Elena; GNOATTO, Almir Antonio. **Cooperativismo:** a busca de um modelo de gestão participativa. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/10P468.pdf>. Acesso em 28 jan. 2014.

PINHO, Diva Benevides (org.); PALHARES, Valdecir Manoel Affonso (org.). **O cooperativismo de crédito no Brasil:** do século XX ao século XXI. Santo André: Editora Confebras, 2004.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Define a política nacional do cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.** 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 27 dez. 2012.

RANGEL, María Piedad. **Conceitos sobre redes sociais no paradigma ecossistêmico.** Social Networks – Modulo 26, p.1-29, 1972 Disponível em: www.fag.edu.br/professores/pos/materiais/psicologia. Acesso em 20/09/2011.

RODRIGUES, Roberto. **Cooperativismo:** democracia e paz: surfando a segunda onda. São Paulo: [s.n], 2008.

RORIZ, Anna Lysie; BARBALHO, Fabiana Pereira; OLIVEIRA, Thaís Gonçalves. **Cooperativismo:** algumas questões importantes. LUCENA, Andréa Freire; CARVALHO, Claudia Regina Rosal; VIEIRA, Nair de Moura (Org). *Cooperação e inclusão social.* Goiânia: PUC de Goiás, 2011.

ROSALEM, Vagner; SILVA, Edson Arlindo. A percepção dos cooperados acerca da gestão de cooperativas: um estudo em uma cooperativa de granjeiros. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos08>. Acesso em 29 jan. 2014.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito:** instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Rigel, 2003.

SCHULZE, Edgar. **Participação e estrutura de poder no modelo gestão cooperativa:** o caso UNIMED no RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Administração. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA FILHO, Gil Teixeira. Avaliação de desempenho em cooperativas de crédito: uma aplicação do modelo de gestão econômica – GECON. **Revista Organizações Rurais e Agroindustriais**. Universidade Federal de Lavras. Vol. 4. n. 1, 2002.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

THENÓRIO Filho, Luis Dias. **Pelos caminhos do cooperativismo**: com destino ao crédito mútuo. São Paulo: Central das cooperativas de crédito do Estado de São Paulo, 1999.

VILPOUX, Olivier François; OLIVEIRA, Michel Ângelo Constantino. **Governanças na agricultura familiar**: mercados, contratos, redes e cooperativismos. VILPOUX, Olivier François (org.). Sustentabilidade e agricultura familiar. Curitiba: CRV, 2011.

WEGNER, Douglas. **Governança, gestão e capital social em redes horizontais de empresas**: uma análise de suas relações com o desempenho das empresas participantes. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Administração. Dissertação de Doutorado. Porto Alegre, 2011.

ZILBERSZTAJN, Decio. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 29, n. 3, p. 23-32, julho-setembro 1994.

ANEXO I

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ANÁLISE DA COOPERAÇÃO

Data: ____ / ____ / 2013

Horário: _____

Nome da Unidade: _____

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS:

1.1.Idade: _____

1.2.Qual cidade/estado nasceu? _____

1.2.1. Quanto tempo mora em Campo Grande? _____

1.3.Você é associado:

Pessoa Física ()

Pessoa Jurídica ()

Ambos ()

1.4.Quanto tempo é associado? _____

1.5.Qual sua formação escolar?

Ensino Fundamental ()

Ensino Médio ()

Ensino Superior ()

Pós Graduação ()

Não tenho formação ()

1.6.Qual sua atividade profissional? _____

2. PARTICIPAÇÃO EFETIVA NA VIDA DA COOPERATIVA:

2.1.Se sente dono do SICREDI (S/N)? _____

2.1.1. Por quê: _____

2.2.Atualmente ocupa alguma função no SICREDI (S/N)? _____

2.2.1. Qual?

Diretoria Executiva ()

Conselheiro de Administração ()

Conselheiro Fiscal ()

Coordenador de núcleo (efetivo/suplente) ()

2.3.No passado ocupou alguma função no SICREDI (S/N)? _____

2.3.1. Qual?

Diretoria Executiva ()

Conselheiro de Administração ()

Conselheiro Fiscal ()

Coordenador de núcleo (efetivo/suplente) ()

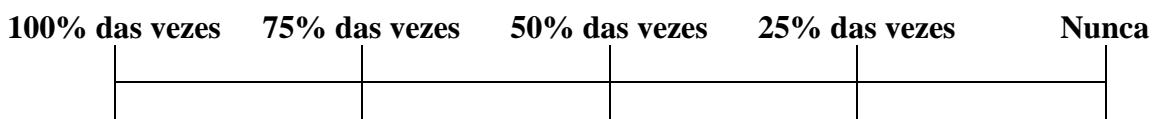
2.4.Participou de alguma palestra ou treinamento promovido pelo SICREDI?

- Sim ()
 Não ()
 Nunca fui convidado ()

2.5. Realiza a leitura de informativos do SICREDI (S/N)?

- Sim ()
 Não ()
 Não tenho acesso ()

2.6. Com qual frequência participa das reuniões do SICREDI?



2.7. Quais motivos dificultam sua participação nas reuniões?

- Falta de tempo ()
 Não tenho interesse ()
 Não sou convidado ()
 Não tenho acesso as informações ()
 Não tenho dificuldades em participar ()
 Outro ()

Qual: _____

2.8. Participou da assembleia geral de 2012 (S/N)? _____

2.9. Participou de quantas assembleias gerais desde sua adesão como sócio?

- Nenhuma ()
 Uma ()
 Duas ()
 Três ()
 Acima de três ()

2.10. Conhece os dirigentes do SICREDI (diretoria executiva, conselho de administração e conselho fiscal)?

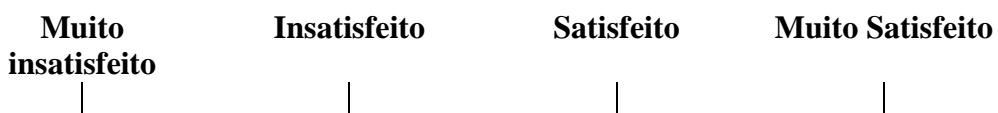
- Todos ()
 Alguns ()
 Nenhum ()

2.11. Discute com outros associados sobre a eleição dos dirigentes (S/N)?

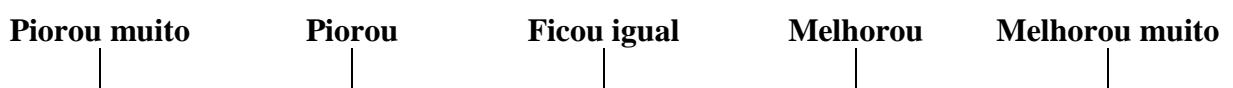
2.12. Tem acesso as informações econômicas e financeiras do SICREDI (S/N)?

3. DESEMPENHO:

3.1. Qual o nível de satisfação com os serviços prestados pelo SICREDI?



3.2. Após tornar-se associado sua situação financeira melhorou ou piorou?



3.3.Qual percentual da sua movimentação financeira está no SICREDI?



3.4.Em sua opinião, o SICREDI trabalha com taxas diferenciadas para empréstimos e aplicações (S/N)? _____

3.5.Você entende que o SICREDI facilita o acesso ao crédito (S/N)? _____

3.6.Caso o empréstimo ou financiamento do SICREDI tenha juros maiores em relação aos bancos, qual sua decisão?

Realizaria o empréstimo no SICREDI, independente da taxa ()

Realizaria o empréstimo no SICREDI, caso a diferença fosse pequena ()

Realizaria o empréstimo em outro banco, devido aos juros menores ()

3.7.Caso a aplicação financeira no SICREDI tenha rendimento menor em relação aos bancos, qual sua decisão?

Continuaria com a aplicação no SICREDI, independente da taxa ()

Continuaria com a aplicação no SICREDI, caso a diferença fosse pequena ()

Migraria para o outro banco, devido ao melhor rendimento ()

4. DEPENDÊNCIA:

4.1.Você recebeu sobras/lucro do SICREDI?

Sim ()

Não ()

Não me recordo ()

4.2.Você conhece as garantias oferecidas pelo SICREDI para evitar a distribuição de perdas/prejuízo (S/N)? _____

4.3.Caso o SICREDI informasse que houve prejuízo e que você vai precisar pagar determinado valor, qual seria sua reação?

Pagaria e solicitaria minha saída ()

Pagaria e continuaria associado ()

Não pagaria e iria ver meus direitos ()

Outro ()

Qual: _____

4.4.Caso o SICREDI informasse que não tem condições de fazer empréstimos por falta de recursos, qual seria sua reação?

Entenderia e buscara conversar com outros sócios para conseguir recursos ()

Procuraria crédito em outro banco ()

Acho que esse problema é dos dirigentes e funcionários ()

Não entenderia e solicitaria minha saída do SICREDI ()

Outro ()

Qual: _____

4.5.O SICREDI é?

Banco ()

Banco de desenvolvimento ()

Financeira ()

Cooperativa de crédito ()

Seguradora ()

4.6.Qual principal motivo para você trabalhar com o SICREDI?

- Atendimento ()
 Menor custo de tarifas e taxas ()
 Relacionamento com outros associados ()
 Participação na gestão ()
 Distribuição das sobras/lucro ()
 Outro ()

Qual: _____

5. INVESTIMENTOS EM ATIVOS ESPECÍFICOS E “SUNK COSTS”:

5.1.O SICREDI realiza reuniões, assembleias e outros eventos que envolvem os associados. Você destina algum tempo para acompanhar essas atividades (S/N)?

5.1.1. Se sim, este tempo é suficiente (S/N)? _____

5.1.2. Se não, por que:

5.2.Qual o custo você teria para acompanhar as atividades descritas na pergunta anterior?

- Deslocamento até o local ()
 Faltar no trabalho ()
 Menos tempo de descanso em casa ()
 Menos tempo com a família ()
 Não teria nenhum custo ()
 Outro ()

Qual: _____

6. GARANTIAS INFORMAIS:

6.1.Você faz parte de alguma associação ou outra entidade associativa além do SICREDI (S/N)? _____

6.1.1. Quais? _____

6.1.2. Com qual frequência participa das reuniões destas associações?

100% das vezes	75% das vezes	50% das vezes	25% das vezes	Nunca
----------------	---------------	---------------	---------------	-------

6.2.Você se relaciona com outros associados (S/N)? _____

6.2.1. Quem?

- Dirigentes ()
 Coordenadores de núcleo ()
 Colegas de trabalho ()
 Amigos ()
 Familiares ()

6.2.2. Para que?

- Trabalho ()
 Lazer ()
 Amizade ()

6.2.3. Qual frequência?

Diariamente ()

Semanalmente()

Mensalmente ()

6.3.Onde você se relaciona com outros associados?

Em reuniões promovidas pelo SICREDI ou na unidade/agência ()

Na igreja, associações, clubes, futebol, sindicatos, etc. ()

No trabalho ()

Não me relaciono ()

Outro ()

Qual: _____

7. CARACTERÍSTICAS GERAIS:

7.1.Pessoa Física – Renda Mensal:

1 Salário Mínimo ()

1 a 2 Salários Mínimos ()

2 a 5 Salários Mínimos ()

> 5 Salários Mínimos ()

7.2.Pessoa Jurídica – Faturamento Mensal:

< 5mil ()

5 a 15mil ()

15 a 50mil ()

50 a 100mil ()

> 100mil ()